



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LUANA MELO ARAÚJO

DA DISCIPLINA AO CONTROLE: UMA ANÁLISE ACERCA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

Brasília - DF

2016

LUANA MELO ARAÚJO

DA DISCIPLINA AO CONTROLE: UMA ANÁLISE ACERCA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

Trabalho de conclusão de curso apresentado junto ao curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada.

Orientadora: Prof. Dr. Cláudia Linhares Sans

BRASÍLIA

2016

LUANA MELO ARAÚJO

DA DISCIPLINA AO CONTROLE: UMA ANÁLISE ACERCA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR.

Trabalho de conclusão de curso apresentado junto ao curso de Pedagogia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada.

Aprovada em 31 de agosto de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr. Claudia Linharez Sans – Universidade de Brasília

Prof Dr. Fátima Vidal – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Vinicius Armiliato – Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Tiago Quiroga – Universidade de Brasília

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu Divino, por possibilitar que passasse pelos meus processos de interiorização dos saberes. Ao Universo por responder prontamente aos meus desejos e anseios mais profundos. A grande Mãe Terra por me acolher tão amorosamente como faz até os dias de hoje.

Agradeço aos meu avôs e avós, por terem sido o exemplo de pessoa, por terem me ensinado mesmo sem perceberem a ter garra, ir atrás dos meus sonhos, nunca desistir de recomeçar, sobre integridade e honestidade, sobre ancestralidade e respeito. Agradeço à minha avó Cátia por ter preparado todos os dias com tanto zelo a marmitta que levava para faculdade, que ficou muito conhecida por sinal, e ser essa pessoa tão bondosa, generosa e gentil.

Sou grata à minha mãe Gabriela e meu pai William, que me deram a vida e a melhor criação que poderiam ter me dado, me passaram valores sólidos e me ajudado a tornar-me uma pessoa melhor. Agradeço à minha mãe por ter ouvido todos os momentos de inquietude e angústia pacientemente, por ter me dado palavras de consolo e carinho quando precisei. Agradeço o meu pai por ter sido tão compreensivo e carinhoso, por ter sido tão prestativo comigo e minhas necessidades. Agradeço à ambos por terem me acolhido do jeito que sou, deixarem eu ser livre para me descobrir e também me expressar enquanto mulher, enquanto jovem, enquanto adulta, e enquanto ser humano.

Agradeço à minha irmã pelo exemplo, por ter acompanhado meu processo de formação como indivíduo, por ter sido tão paciente e compreensiva, por todas as brigas e pedidos de perdão, por todo companheirismo e amor que dedicou a mim. Sou grata ao meu irmão por ter me ensinado sobre como cuidar de um ser tão frágil, como amar incondicionalmente, como doar sem esperar nada em troca, por ser essa pessoa tão apaixonante.

Agradeço ao meu marido, companheiro de vida e alma gêmea Renato Pizani por estar ao meu lado em minha caminhada, por todo amor, por sempre me apoiar, pela compreensão, paciência, carinho e acolhimento de minhas inquietações, por sempre possibilitar que eu expressasse o mais profundo desejo de meu ser e ser quem eu realmente sou. A ele expressei toda a gratidão que meu ser pode manifestar.

Agradeço à Universidade de Brasília por ter me formada uma pedagoga preocupada com as questões da sociedade, meio ambiente e da cultura. Agradeço também por ter sido um espaço de tanta troca de conhecimento, alegrias, amizades e culturas. Por ter possibilitado conhecer pessoas ímpares, que nunca encontraria se não fosse ali, naquele espaço. Sou grata à todas discussões filosóficas, ao espaço maravilhoso, à pracinha, à parte de trás da FE 01, local de grandes trocas culturais e interações de qualidade, nas quais muitas vezes não aconteceram dentro de sala de aula. Agradeço pelo verde da faculdade, pelas árvores, pelo chão que me acolheu em todos os cochilos entre as aulas, pelos pássaros que acalmaram minha alma quando cantavam, pelas pedras que me deram onde sentar sob a sombra.

Agradeço à professora Cláudia Linharez Sans por ter me acolhido como sua orientanda em um momento onde estava precisando de direcionamento e apoio, se tornando pilar fundamental para a construção do meu conhecimento em diversos momentos da minha vida acadêmica. À todos meus professores, que fizeram a diferença na graduação, por compartilharem comigo suas sabedorias e vistas de um ponto.

Agradeço a possibilidade que tive de concluir uma graduação tão rica socioculturalmente, que me possibilitou ampliar meu olhar para uma visão de mundo integrada, compreensiva e harmoniosa.

Aho! Amém! Namastê! Haux Haux! Sat Nam!

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo”.

(PAULO FREIRE).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é pensar as relações atuais entre a instituição escolar e as transformações de nossa sociedade. Numa perspectiva histórica, realizamos primeiramente um recuo à modernidade, em especial à sociedade disciplinar, momento em que a escola – tal qual concebemos – tornou-se o modo hegemônico da educação formal. A escola moderna foi um pilar para as microfísicas do poder, dando suporte a formação de subjetividades ao lado de outras instituições de confinamento como a fábrica por exemplo. Nesse sentido, é importante pensar a escola moderna e seu modo de produção de subjetividades, pois o que se pode verificar é que a sociedade já não é mais disciplinar, mas sim do controle. As instituições disciplinares entram em crise, o capitalismo de concentração, produção e propriedade se modifica para outro neoliberal, de consumo e produção em larga escala, marketing e publicidade. Neste cenário, a instituição escolar por um lado, mantém sua estrutura disciplinar em vários aspectos e por outro atravessa a sociedade de controle, tentando formar subjetividades incompatíveis com os modos de ser contemporâneos. A contemporaneidade demanda a formação de corpos excitados, atentos, velozes e flexíveis, diferentemente da modernidade que forma corpos dóceis, úteis, atentos, pertencentes a um espaço delimitado e a um tempo linear. Logo, percebe-se um paradigma que a educação enfrenta em pleno século XXI, pois quando não sustentam uma formação moderna submetem os indivíduos a uma lógica empresarial que se generaliza na sociedade do controle. O desafio diante desse impasse é criar outros regimes para a educação e suas práticas sem cair nas garras do controle.

Palavras chaves: educação; sociedade disciplinar; sociedade de controle; modernidade; contemporaneidade.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es pensar en las actuales relaciones entre la institución y las transformaciones de nuestra sociedad. En una perspectiva histórica, se realizó primero un retiro a la modernidad, en particular la sociedad disciplinaria, momento en el que la escuela – como diseñamos – se convirtió en el modo hegemónico de la educación formal. La escuela moderna fue un pilar para el microfísica de poder, apoyando la formación de subjetividades junto a otras instituciones de confinamiento como fábrica por ejemplo. En este sentido, es importante pensar en la escuela moderna y su modo de producción de subjetividades, lo que se aprecia es que la sociedad ya no es una disciplina, sino más bien el control. Instituciones disciplinarias entran en crisis, capitalismo, producción y propiedad los cambios a otra neoliberal y a gran escala la producción, marketing y publicidad. En este escenario, la institución escolar por un lado, mantiene su estructura disciplinaria en varios aspectos y por el otro a través de la sociedad de control, tratando de subjetividades de forma que son incompatibles con las formas contemporáneas del ser. La época contemporánea exige la formación de cuerpos excitados, atento, rápido y flexible, a diferencia de la modernidad forma cuerpos dócil, servicial, atento, pertenecientes a un espacio delimitado y un tiempo lineal. Pronto, un paradigma que la educación enfrenta en el siglo XXI, ya que cuando no dispone de una moderna de la capacitación de personas para presentar una lógica empresarial que generaliza la sociedad de control. El reto de este callejón sin salida es crear otros esquemas de educación y prácticas sin caer en las garras del control.

Palabras clave: Educación; sociedad disciplinaria; Sociedad de control; modernidad. contemporaneidad.

Sumário

1	MEMORIAL.....	1
2	INTRODUÇÃO.....	9
3	CAPÍTULO I – COPOS PRODUTIVOS, FIXOS E VIGIADOS	13
4	CAPÍTULO II – A ESCOLA MODERNA: TECNOLOGIA E PILAR DISCIPLINAR 25	
5	CAPÍTULO III - A PASSAGEM CONTEMPORÂNEA À UMA SOCIEDADE DE CONTROLE.....	36
6	CAPÍTULO IV – A ESCOLA CONTEMPORÂNEA E AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.....	49
7	CONCLUSÃO.....	66
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

1 MEMORIAL

Para uma melhor comunicação entre o autor e o pesquisador, este deve se contextualizar sobre o ponto de vista, paradigmas e cultura vivenciada por aquele. Então, aqui falarei um pouco sobre minha história, contexto histórico, social e cultural da minha família de origem.

Nasci em Brasília na região Asa Sul, filha primogênita de Gabriela e William ambos com 20 anos de idade na época. Minha mãe nasceu em São José dos Campos, São Paulo, e veio para Brasília muito jovem aos 6 anos de idade. Meu pai, nascido e criado na capital, viveu a época das primeiras gerações de Brasília. Meu pai e minha mãe se conheceram na Asa Sul, bairro onde moravam e namoraram durante a adolescência. Fruto de uma gestação inesperada e de pais muito novos a minha chegada possibilitou que uma união fosse estabelecida, meus pais se casaram quando eu ainda estava no ventre. Quatro anos depois era anunciada a chegada de uma nova irmãzinha e após 6 anos de casamento meus pais decidiram que seria melhor cada um seguir sua jornada da vida individualmente.

Minha mãe trabalha na Secretaria de Educação há mais de 20 anos na área administrativa, neta de militar e prefeito, filha de empresário e dona de casa, irmã de dois meninos, inserida em uma família tradicional. Ela é uma pessoa zen, espiritual, que busca integra-se como ser humano em práticas em prol de um bem maior e comum a todos. Também pratica meditações, retiros espirituais, busca ter uma consciência crítica acerca do inconsciente coletivo e do macrossocial e, desse modo, passar essa visão de mundo para seus filhos. Ela sempre foi um exemplo de mulher para mim, pois sempre deu conta de tudo sozinha, criou seus três filhos com muita garra trabalhando o dia todo e estudando a noite para tentar melhorar a vida da nossa família. Ser mãe solteira não é fácil, mas minha mãe executou essa tarefa com maestria e do melhor jeito que pôde. Ela priorizava que nós brincássemos no parque e embaixo do bloco ao invés de ficar vendo televisão dentro de casa, então a primeira vez que ganhamos uma televisão (muito antiga diga-se de passagem) eu já possuía 9 anos de idade, e acabou sendo estragada com massinha de modelar logo em seguida, por tanto eu não era inteirada com os desenhos da moda, com as

propagandas e personagens que as crianças geralmente gostavam, eu queria mesmo era brincar na rua e jogar bola.

Meu pai William, é editor de filmes e imagens atualmente, filho de radialista e dona de casa, possui 4 irmãos, inserido em uma família não tão tradicional assim. Ele foi muito presente na minha primeira infância, influenciou muito meus gostos musicais e gosto pela vida, ele é um exemplo de como se viver de bem com a vida. Um cara ímpar, de personalidade leve, carismático, que leva alegria onde chega e é amigo de todos. Após a separação dos meus pais perdi o contato com ele durante alguns anos, retomando-o por volta dos 10 anos de idade. Ele gosta de rock antigo dos anos 70, década em que nasceu, musicista, toca qualquer instrumento musical “de ouvido” e trabalha com edição de filmes no cenário do cinema, é mecânico, artesão, e qualquer coisa que seja solicitado a fazer ele com certeza estará apto. Meus pais exerceram e exercem até hoje grande influência em minhas escolhas, mesmo que inconscientemente, pois hoje sou uma mistura da minha mãe e do meu pai com um toque de personalidade própria.

Desde muito cedo fui acostumada com mudanças, morei em muitas casas e em diversos bairros me estabelecendo após a separação dos meus pais no bairro sudoeste econômico em um pequeno apartamento em cima de um prédio comercial. Após uns anos uma nova notícia: teria mais um irmãozinho aos 11 anos de idade. Em face dessa nova realidade minha mãe decidiu-se mudar para um apartamento no cruzeiro, um pouco maior do que morávamos antes, pois éramos 3, e já chegava o 4º integrante na família. Devido à essa grande quantidade de mudança de moradia, fui mudando também de escola, cada ano letivo em uma diferente. Nunca me adaptei bem as escolas onde estudei. Sempre achei que o que era me ensinado era um tanto desinteressante e não gostava de ir à escola, nem tampouco me relacionava muito bem com os colegas. Ir à escola se tornou um pesar e, por tanto, passei por muitas instituições escolares.

No ensino infantil, antigo jardim de infância, estudei em 3 escolas particulares perto de minha casa onde fui alfabetizada logo cedo. No primeiro ano do ensino fundamental mudei para uma escola pública e me deparei com uma realidade um pouco diferente do que me era apresentada até então. Em uma instituição onde nem todos os alunos eram alfabetizados, houve a sugestão para a minha mãe que eu

antecipasse a segunda série do ensino fundamental visto que já possuía os conhecimentos que eram ensinados na série em que estava cursando. A fim de que me relacionasse melhor com os colegas de classe minha mãe optou que eu continuasse na série em que me encontrava. No ano seguinte mudei para outra escola pública perto de minha casa onde fiquei mais habituada com o ambiente escolar, colegas de classe e com a professora, possibilitando assim um melhor rendimento escolar no presente ano. Na terceira série voltei a estudar em escola particular por meio de bolsa de estudo e lá permaneci até o final do ensino fundamental I, a 4ª série. Encontrei certa dificuldade em relacionar-me com as outras crianças, que possuíam maior nível socioeconômico que eu. As crianças me excluía das atividades praticadas em grupo e agiam como se eu não estivesse ali, ou mesmo fosse capaz de interagir com algum colega, hoje sei que o nome disso é bullying. O sofrimento acarretado por tais atitudes me deixou em um estado psicológico abalado e, com uma interação social restrita dentro da escola, logo adquiri o hábito da leitura e o gosto pelas tecnologias. Me encontrei submersa em um mundo só meu, o meu eu interior, onde não precisava fingir ser quem eu não era, ter o que eu não tinha, fazer o que não me era agradável. Fui me tornando aos poucos uma criança introspectiva, absorta em minhas próprias ideias de mundo, leituras e jogos tecnológicos. Salvo uma ou outra, me relacionar com as crianças não me agradava nem um pouco, pois elas me pareciam superficiais a ponto de julgarem e aceitarem uns aos outros pelo status social que possuíam, pela roupa que vestiam e pelo dinheiro familiar que dispunham, como eu não estava no mesmo nível socioeconômico que ela ficava deslocada nas conversas e brincadeiras. Não conseguia conceber a ideia de que ninguém queria conhecer o que eu tinha de qualidades e o que tinha de bom a oferecer somente porque não possuía muito dinheiro, como não estava por dentro dos itens de consumo da moda e me vestia de forma simples as pessoas não me incluíam, pois não estava no mesmo “nível” que elas para ser mais uma amiga do grupo. Tais problemas de interação levaram a minha mãe a mudar-me de colégio novamente para outra escola particular localizada no Cruzeiro, mas a minha realidade não se modificou significativamente. No ano seguinte, 6ª série do ensino fundamental II, voltei a estudar em uma escola pública e me senti mais acolhida pelos demais e conseqüentemente mais motivada, acarretando a continuidade do meu estudo nesta escola até a formatura na 8ª série. Percebi nesta escola que o meio onde o ser

humano está inserido modifica seu modo de interagir uns com os outros. As pessoas daquela realidade também eram motivadas por usar roupas da moda, adquirir objetos e tecnologias que estavam em alta na mídia, porém com uma diferença, não percebia a exclusão para com os outros pela falta de dinheiro de alguém, visto que ali a maioria dos jovens não possuíam uma realidade socioeconômica muito alta, logo as relações não tinham como base os bens de consumo que cada um possuía e sim a qualidade do assunto de cada um e se a companhia era agradável ou não. Neste âmbito, pude perceber que aonde fosse as pessoas eram influenciadas pela mídia, possuíam o desejo de consumir sempre mais e mais, pois quando saía de moda algum bem de consumo entrava outro no lugar, tornando cíclico esse modo de consumo.

Mesmo com as relações interpessoais mais articuladas não deixei de lado o interesse pelos hobbies adotados até então e cada vez mais buscava utilizar as tecnologias em prol do meu processo de ensino e aprendizagem, onde o computador foi o veículo mais utilizado para isso. Sempre que algum assunto me interessava eu pesquisava sobre ele em casa a fundo, porém sob diversas perspectivas, escolhendo a que me era cabível e mais interessante. Comecei a perceber o vasto mundo de informações disponibilizados em rede, e que tudo que os professores me falavam eu poderia encontrar bem ali disponibilizado.

Minha perspectiva sobre a escola foi se modificando, para mim aquele espaço passava a ser mais um local de interação do que de aprendizagem, pois tudo que eu realmente queria aprender eu poderia pesquisar em minha casa no google, onde eu poderia ver não apenas só um ponto de vista sobre determinado assunto, e sim vários, tendo o poder de escolha sobre qual me era mais interessante. A escola ainda era legal de se frequentar pois poderia sempre estar conversando com pessoas diferentes. Com o meu ingresso nas redes sociais vi que a rede informatizada também poderia proporcionar essas interações, claro que não da mesma maneira, mas também de uma forma muito interessante. A partir de posts de fotos, imagens e textos os jovens estavam construindo sua identidade naquele meio social, se afirmando e analisando uns aos outros. Podíamos construir a imagem de si mesmo como queríamos, e assim se auto afirmar perante os outros. O tempo gasto com essas redes era muito maior do que o tempo gasto estudando, afinal, estudar os conteúdos passados pelos professores era muito chato.

Com o ingresso no Ensino Médio, e as tecnologias cada vez mais sendo utilizada pelos estudantes, me deparei com uma realidade onde estas eram utilizadas pelos alunos apenas em suas respectivas residências, pois não era tolerado e nem incentivado pelos educadores sua inserção real em sala de aula. Esta atitude perpetuava para mim uma enorme distância entre alunos/professores e alunos/instituição, os estudantes não se sentiam estimulados a permanecerem na escola, pois os conteúdos por ela abordados não integravam as práticas do cotidiano de cada indivíduo. Já saturada com a quantidade de ordens recebidas ali decidi que não queria mais continuar nem um semestre em meu último ano escolar, decidi fazer o vestibular da Universidade de Brasília no meio do ano letivo. Este foi o único meio que encontrei para que minha mãe permitisse o abandono da escola. Chegando o momento da escolha do curso que gostaria de fazer decidi prestar o exame para pedagogia porque queria estudar as relações pessoais do ser humano, e como melhorá-las através de meios utilizados no cotidiano.

Ingressei com 17 anos na faculdade e comecei a perceber o mundo de outra maneira. Lidar com tanta gente diferente, de outros lugares e culturas, de outros cursos e áreas do saber, me fizeram ampliar o olhar para um mundo além do meu, perceber diferentes pontos de vista, e assim identificar que existem vários tipos de verdades e realidades cabíveis a cada ser humano. Ao completar 18 anos a minha busca pela independência se exaltou cada vez mais levando ao desejo de procurar minha própria identidade, seguir meu próprio caminho. Sai de casa com o apoio dos meus pais, e isso possibilitou que eu criasse mais responsabilidades e vivenciasse minha própria realidade.

Com tantas responsabilidades de uma jovem que mora sozinha e paga suas contas pude perceber quanto a sociedade está voltada para o consumo. Quando queria consumir algo tinha que pensar 2 vezes, pois se gastasse o dinheiro com algo supérfluo mais tarde faltaria para as minhas necessidades básicas e isso proporcionou que ficasse mais crítica quanto aos desejos incitados pela mídia em mim, se aquilo era realmente necessário e se aqueles produtos realmente me possibilitavam o que eles propunham. Muitas vezes percebi que não precisava de tanta maquiagem, de tantas roupas, de tantos produtos de beleza e de tantos remédios como era mostrado

em vários veículos da mídia. Eu queria mesmo era sair de casa, aproveitar um dia de domingo, me conectar com a natureza e explorar a cidade onde vivo.

Sou muito grata pela minha vida e por tê-la vivenciado da maneira que aconteceu. Com o passar do tempo consegui aos poucos identificar padrões sociais e relacioná-los com o modo da minha existência, minha maneira de ver o mundo. Tinha uma consciência crítica sobre a mídia, sobre os padrões de consumo, sobre as redes sociais e suas implicações nas relações das pessoas, mas ainda não tinha conseguido enxergar essas temáticas de um ponto de vista científico, para mim o que estava pensando era um ponto de vista meu, mas nada que pudesse ser estudado de forma muito profunda.

Meu currículo na faculdade foi se voltando para as áreas tecnológicas, assunto que despertou meu interesse e atribuiu sentido para o conhecimento acadêmico que estava construindo, pois antes disso todo o conteúdo ainda estava muito distante da minha realidade. O conteúdo programático das disciplinas ao longo da infância escolar e da vida acadêmica tornavam-se mais interessantes ao abordar e estudar o que estava presente em meu cotidiano através das tecnologias, pois quase sempre quando elas eram usadas tornavam o assunto mais dinâmico, lúdico e interessante para que pudesse aprofundar o conhecimento e pesquisar sobre ele. A partir de então comecei a imaginar como poderia aperfeiçoar meu tempo de estudo com o auxílio de tecnologias, e como poderia contar com a colaboração para o feito por parte das instituições e professores.

Em minha trajetória acadêmica o assunto foi pouco abordado em disciplinas obrigatórias. Apenas uma disciplina obrigatória foi ofertada e mesmo assim deixou muito a desejar. Para que este tipo de estudos chegue às leituras a serem feitas pelos alunos eles devem se empenhar e procurar saber quais matérias optativas abordam problemáticas a serem solucionadas no âmbito tecnológico dentro do ensino. A pouca informação nessa área não desperta a curiosidade dos graduandos e não os levam a buscarem esse tipo de conhecimento.

O interesse pelo assunto foi despertado quando cursei na academia uma disciplina optativa chamada Tópicos Especiais em Tecnologia Educacional. Nela pude entender um pouco sobre a minha trajetória e transformar meu pensamento de senso

comum em conhecimento científico com uma análise crítica acerca da realidade que vivenciei. A minha trajetória escolar e meus interesses começaram a fazer sentido a partir daquele momento, vivi um processo de catarse onde relembrei meus interesses, de onde partiu minha curiosidade pelo mundo da mídia e da tecnologia, como as formas de interagir com os outros foram se modificando ao longo de minha vida e como estas se tornaram tão presentes no meu cotidiano.

No semestre seguinte conheci a professora Cláudia Linharez Sans na disciplina Produção e Leitura da Imagem, e sou muito grata por ter tido a possibilidade de cruzar seu caminho na minha trajetória acadêmica. O contato com ela firmou mais ainda meu interesse sobre o assunto, pois ampliou meu olhar para as tecnologias de imagens, relações entre os seres humanos através delas e como a sociedade modificou sua estrutura de linguagem a partir das imagens, tecnologias, mídias e redes informatizadas. Todos esses assuntos eram e ainda são muito presentes em meu cotidiano, por isso a minha jornada acadêmica passou a fazer sentido, visto que antes tudo que eu estudava era pouco chamativo, pois não estava integrada ainda com a prática docente e aqueles conteúdos ainda estavam distantes da minha realidade.

Neste âmbito, na época foquei meu interesse para a fotografia, pois retratar momentos que reproduziam a realidade através do meu olhar, para mim, é uma ideia fascinante. As tecnologias de smartphones e câmeras portáteis tão presentes no cotidiano das pessoas mostra como a linguagem vem se transformando e como as pessoas cada vez mais se comunicam através dessas imagens. A produção de subjetividade individual de cada um também está permeada pela produção de imagens, selfs e fotografias. Logo para mim tornou-se muito interessante estudar como essa subjetividade está sendo produzida, como é influenciada e por quais dispositivos.

Aprimorando esses estudos surgiu o interesse em estudar a sociedade como um todo, como ela se modifica através dessa nova realidade tecnológica. Busquei na história a transformação social da modernidade para uma era globalizada, de controle, e entendendo esse processo histórico pude perceber a realidade em que estou inserida, os mecanismos de controle que podem agir sobre minhas escolhas e modo como vivo.

Espero estar em constante aprimoramento do meu conhecimento pedagógico em relação a um olhar mais sensível, respeitando a alteridade de cada um para que se possa desenvolver um maior potencial crítico em cada indivíduo. Na era globalizada em que vivemos as informações são colocadas em tempo real, ou seja, as informações nos chegam muito rapidamente e devemos saber como e o que fazer com elas. Espero poder contribuir com esse ensaio para futuros pensadores da educação em como analisar as práticas educativas contemporâneas para que elas possam estar mais integradas com a realidade cotidiana das pessoas, dando sentido à educação que está sendo elaborada por nós pedagogos.

2 INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é refletir sobre a instituição escolar e suas relações com a contemporaneidade, pensar quais são as suas particularidades e atribuí-la com as questões mais amplas da sociedade, relacionando-a com os mecanismos de poder e resistência. De forma mais específica, os objetivos se constituem em pensar a escola historicamente, construir sua breve história a partir da modernidade, relacioná-la com os mecanismos de poder e resistência, pensar a vigilância dentro das instituições, e analisar suas transformações perante a contemporaneidade e o modo como produzem as novas subjetividades. Em termos metodológicos para realizar esse objetivo desenvolvemos um recuo histórico a modernidade, pois ela contribuiu para a formação da escola tal qual como conhecemos, ou seja, dividida por séries, separa as crianças do adulto, ligado a um projeto único de sociedade etc. O estudo sobre a questão se dá a partir de uma reflexão histórica sobre as mudanças que a escola atravessa hoje.

Para compreender a realidade que nos circunda é necessário tornar-se consciente da sociedade em que vivemos, como somos condicionados a exercer determinados papéis e como somos preparados para viver em sociedade. Entender a escola como formadora de pessoas úteis para um sistema possibilita aos educadores entenderem suas práticas, qual papel ele assume dentro desta instituição, qual educação foi e está sendo perpetuada na mesma. Este ensaio bibliográfico busca compreender e analisar a passagem da sociedade disciplinar à de controle, e como as instituições, principalmente a escola, se modificam perante essa reestruturação.

Segundo a perspectiva de Freire (1996), este ensaio trata os indivíduos como sujeitos sociais, pois são transformados pelo meio social, inacabados, pois estão em constante modificação, históricos, pois são influenciados pela história do lugar onde vivem. Em face dessa afirmação percebe-se que as pessoas são constituídas por forças além de si mesmas, que abrangem âmbitos como o histórico, social, e cultural, por tanto constituem suas ações e constroem subjetividades a partir de certas influências. Para que o educador possa formar pessoas éticas, construir conhecimento, despertar consciência crítica e ensinar cidadania ele deve tomar consciência sobre que tipo de indivíduo ele está lidando, em qual realidade está inserido, operando sobre qual história e cultura, bem como sobre qual influência econômica e política.

Logo, o primeiro capítulo expõe uma análise de Foucault (1999) sobre a sociedade disciplinar, a partir do século XVIII. A modernidade é marcada pelo capitalismo de concentração, produção e propriedade, em que se comprava matéria prima e vendiam produtos acabados, ou seja, primava pela redução de custos através da produção por máquinas. Outra característica dessa sociedade é a existência de instituições de confinamento que preparavam os homens para a vida moderna, tornando-os corpos dóceis e exercitados. Os indivíduos passam da família à escola, à fábrica e eventualmente hospitais e prisões, assim, não se para de recomeçar. Estas instituições possuíam como modelo o panóptico proposto por Bentham (1972), as quais trabalhavam na moldagem dos indivíduos, onde os concentravam, distribuíaam no espaço e ordenam no tempo, capitalizando suas atividades.

O segundo capítulo busca tratar sobre os processos disciplinares nas instituições escolares e o modo como operam na sociedade disciplinar estudada por Foucault (1999). A escola nesse sentido atuava em semelhança aos outros meios de confinamento, mas com algumas adaptações. Dentre as demais instituições, esta instituição era a que influía durante mais tempo na vida dos indivíduos, pois os preparavam para exercerem determinados papéis na sociedade preparando-os para a vida adulta em anos de sua infância. A escola também cercava seu espaço delimitando-o, semelhante ao panóptico, controlando o tempo como o horário de entrada e saída, segmentando séries de acordo com idades com base nos estudos de Ariès (2000), adotando práticas pedagógicas que transferem o conhecimento do mestre para o aluno, colocando os indivíduos em processos hegemônicos de saberes. Operavam também através de uma vigilância hierárquica para as sanções e normas que impunham, e através do exame verificavam a eficácia desse sistema.

No terceiro capítulo é analisada a passagem da sociedade disciplinar para a de controle com o fim da segunda Guerra Mundial, bem como as influências que exercem até o presente século, centralizando a abordagem sob os estudos de Deleuze (1992) e a sociedade de controle, Sibilia (2012), Bruno (2013) e Sanz (2015). Também são abordados contrapontos do confinamento e distribuição, que se transformam perante a grande rede de conexões em dispersão espacial, em comunicação e informação em tempo real, e no controle de atividades para o controle de fluxos informacionais. A Vigilância hierárquica vigente outrora se transforma para um controle dissipado na rede, onde a análise não é feita mais por indivíduos e massa,

mas sim por amostragem e fluxo de informações. Assim, também se reestrutura o modelo panóptico devido às redes informatizadas, modificando também diversas instituições como a fábrica para a empresa. Os corpos exigidos na modernidade, dóceis e exercitados, agora são solicitados a tornarem-se flexíveis e excitados perante a era digitalizada, tecnológica e hiperconectada, onde nunca se termina nada. Verifica-se na sociedade de controle um controle contínuo, nela nunca se termina nada e os indivíduos não cessam a busca por uma permanente capacitação, estes mesmo indivíduos buscam transformar o próprio conhecimento em capital e assim se caracterizam como “homem empresa”.

No último e quarto capítulo conclui-se esta pesquisa focando-se na análise do panorama da educação. A escola no século XXI ainda apresenta muitos traços das estruturas disciplinares, mas se vê incompatível com os novos modos de ser contemporâneos, de acordo com traços apresentados como a indisciplina generalizada, o abandono da escola, a falta de interesse dos jovens perante a escola. Apesar de vivermos em tempos de uma sociedade empresarial, que exige atributos como a agilidade, a atenção multifocal, a velocidade perante o fluxo informacional e a capacidade de pertencimento à rede, muitas estruturas escolares permanecem operando suas práticas se voltando para a formação de sujeitos atentos, focalizados, interiorizados, operando em um certo tempo e espaço determinados. Porém, pode-se perceber a tentativa de algumas outras escolas, geralmente privadas, em incorporar lógicas empresariais para se transformar e resgatar esta instituição.

Assim, esta pesquisa se justifica perante a necessidade de reflexão sobre a educação, suas instituições e práticas, bem como a de pensar um outro modelo de educação que queremos, que se livre das disciplinas, mas não caia nas garras do controle. É necessário que os educadores, professores e todos aqueles envolvidos com a educação reconheçam os modelos educacionais para que tomem consciência dos mecanismos de poder que se submetem e perpetuam em suas práticas, podendo assim contribuir para uma educação que forme cidadãos mais críticos e participativos na construção do conhecimento sem cair nas garras do controle. Analisar as perspectivas e estudos de acordo com os autores aqui citados auxilia na melhor compreensão da sociedade como um todo, do poder que ela exerce e submete, e os mecanismos que utiliza para se perpetuar. Para que os educandos entendam a lógica por trás dos mecanismos de controle estes devem ser expostos a eles. Entender o interesse dos alunos no modo como querem gerenciar o próprio conhecimento é necessário para elaborar práticas pedagógicas que ampliem o olhar do educando.

3 CAPÍTULO I – COPOS PRODUTIVOS, FIXOS E VIGIADOS

A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (Foucault, Michel. Vigiar e Punir:143)

Para Freire (1996), não existe a possibilidade de o indivíduo tornar-se crítico perante sua realidade social sem questionar o mundo a sua volta. Trata-se de desenvolver um senso crítico sobre o presente, entendendo também os processos históricos que possibilitaram a configuração da atualidade. Como nos tornamos aquilo que somos hoje? Quando a escola que conhecemos foi inventada? De fato, um dos modos de questionarmos a realidade atual, é pensá-la a partir da história, analisando aquilo que se mantém e o que se transforma: “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE; 1996:22). Assim, analisar os processos históricos e sociais que formam a sociedade que vivenciamos possibilita que o educador incorpore novos sentido às práticas educacionais. Este é o objetivo desse capítulo: recuar à Modernidade, tentando mapear os processos que nos constituíram, percebendo o que ainda somos e o que já não somos mais. Tratamos aqui, especialmente do período a partir do século XVIII, momento em que a escola já teria se tornado um pilar importante para os projetos políticos do Estado (SIBILIA; 2012) e, em decorrência, uma instituição pilar (ao lado das fábricas, dos hospitais, prisões e hospícios) do regime disciplinar.

Como analisou Michel Foucault, a partir dos séculos XVII e XVIII, desenvolveu-se uma nova concepção de poder, nascendo também novas instituições e outros mecanismos sociais. Na modernidade se desenvolveu modos inéditos de controle dos indivíduos, garantindo a ordem a partir de uma vigilância minuciosa e constante da vida social, nos seus ínfimos detalhes, ‘fabricando’ o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista. Instala-se, assim, uma microfísica de poder, atuando numa espécie de mapa milimétrico, que opera em um investimento político no corpo individual mas que atua no corpo coletivo também. Como avaliou Deleuze, em seu célebre texto "Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle" (1992), as sociedades disciplinares,

desenvolvidas entre os séculos XVIII e XIX, com apogeu no início do século XX, tinha como ideal concentrar os esforços humanos, distribuí-los no espaço, ordená-los no tempo, compondo, nesse espaço-tempo, uma força produtiva cujo efeito deveria ser superior à soma das forças individuais. Não por acaso, são as sociedades que inventaram os grandes meios de confinamento: as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões, os hospícios. No regime disciplinar:

o indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência (DELEUZE; 1992:219)

O “aperfeiçoamento” e modelação individual de cada pessoa se dava, portanto, nessas instituições, de um modo descontínuo e permanente. Como analisa Deleuze, permanente porque haveria sempre uma instituição para acolher os indivíduos e descontínuo porque não se parava de recomeçar: quando se findava o ciclo em uma instituição, logo se recomeçava em outra. Quando o indivíduo concluía seus objetivos em determinada instituição e findava ali suas experiências, uma nova instituição estava pronta para acolhê-lo e fazer com que continuasse sendo produtor para o sistema. Desse modo, as ações dos indivíduos se caracterizavam pelo início, meio e fim de seus processos, numa vida concebida a partir de uma certa linearidade. A criança nascia em um seio familiar e a família adquiria, nesta perspectiva, papel de formação e educação do indivíduo para se encaixarem nos “modos de ser” daquela sociedade, como estudou Sibilia (2012). Quando as crianças atingiam uma determinada idade, já estavam prontas para ingressarem em outra instituição: a escola, onde além de aprender conteúdos elas aprendiam, sobretudo, a se ‘comportar’, a “permanecerem tranquilos e a cumprirem pontualmente o que lhes (fosse) ordenado” (KANT Apud Sibilia; 1992:20).

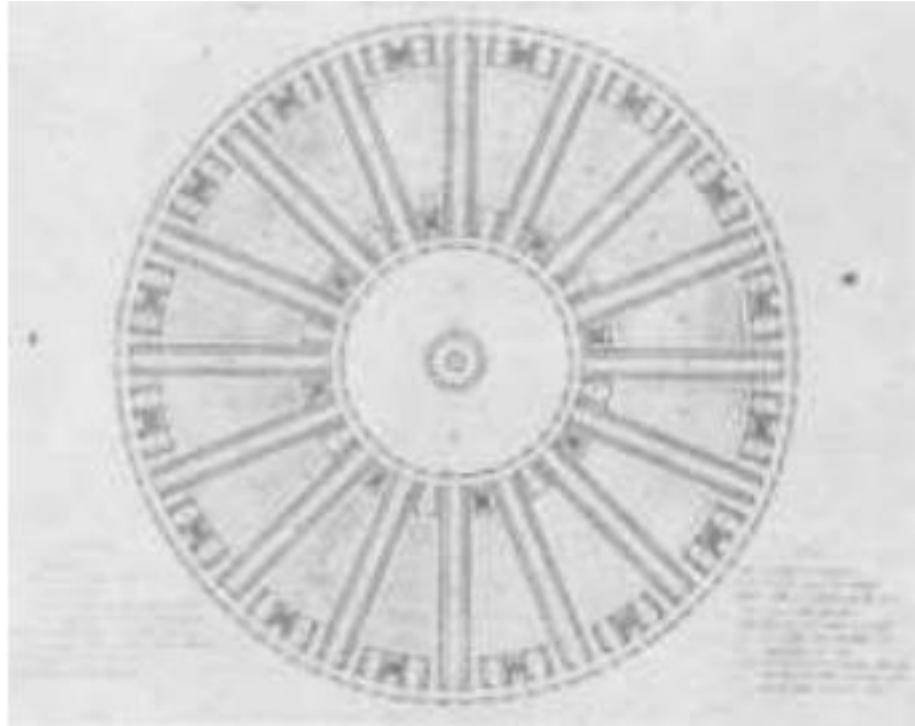
Entre todas essas instituições de confinamento que caracterizam o regime moderno e disciplinar, a prisão ocupa uma posição central já que oferece uma estrutura arquitetônica e de funcionamento aplicável a todas as demais instituições. Por esta razão O *Panóptico – modelo carcerário elaborado* no final do Séc. XVIII pelo jurista inglês Jeremy Bentham – é, para Foucault, a figura arquitetural de um

mecanismo que dota o poder de olhos, submete aqueles sobre os quais o poder se exerce de uma visibilidade integral, exaustiva (FOUCAULT;1999). O modelo foi adotado como modelo generalizável a todas as instituições devido sua estrutura, onde o domínio dos corpos era exercido de forma visível a todos e sem poder ser verificado quem estava por traz da vigilância. Este era, de acordo com o próprio Bentham, pautado por uma estrutura arquitetônica que comportava pessoas em uma organização espacial e temporal, permitindo que os indivíduos fossem monitorados e vigiados a partir de um centro de vigilância, geralmente uma torre central, não apenas através de uma espionagem individual, mas de um monitoramento coletivo que se instalava no interior de cada um deles. A arquitetura circular permitia que uma torre central fosse edificada para adquirir um caráter de olho que tudo vê, que vê sem ser visto. Uma torre que possuía alcance visual em toda sua extensão e poderia vigiar todos os indivíduos em uma massa individualmente. A priori, foi criado para atender a uma demanda de coerção e correção social nas casas de confinamentos ou prisões. Apesar desse primeiro objetivo, ele poderia ser aplicado em todos os âmbitos da vida de um sujeito, como os lugares que ele frequentava: a escola, o hospital, os quartéis, etc. As instituições que representavam o Estado se apoiavam nessa arquitetura que fiscalizava e supervisionava, e podiam moldar o indivíduo de acordo com suas necessidades. Como explicita Foucault,

o aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar que tudo ve permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem. (FOUCAULT; 1999: 198).

Perante o exposto, um sentimento de inspeção constante era incitado nas pessoas, e nesse sentido, tornavam-nas cautelosas com suas ações para não sofrerem nenhuma sanção punitiva, sem nem sequer saberem se o inspetor estava realmente as olhando. Na figura abaixo, retirada do livro Vigiar e Punir de Foucault (1999:44), pode-se visualizar este modelo de forma mais clara em um projeto de hospital do século XVII:

Figura 1 – Projeto de hospital no modelo panóptico



Fonte: FOUCAULT; 1999, p. 44.

Nesta estrutura arquitetônica, os poderes que este modelo adquire abrange além de autoridade para decidir em quais ofícios cada pessoa poderia ser empregada, adquiriam também obrigações, ou seja, poderes que possuiriam ou não sobre os homens (BENTHAM; 2000:49). Agia-se de acordo com certas normas em que, por exemplo, os sujeitos não poderiam morrer de inanição quando tutelados pelo Estado ou alguma instituição que o representasse, eles teriam um local de custódia seguro, bem como um local de trabalho. Assim, poderiam ser explorados da forma mais eficaz possível através da execução de ofícios, em troca de meio de sustento e capital para o lazer, sendo o salário dos trabalhadores o mais baixo possível e o máximo potencial exigido de cada um. Também não se poderia agredir ninguém, nem determinar castigos sem que possuíssem uma falta que já estivesse estabelecida em algum livro de correção, assim, os castigos deveriam ser registrados de acordo com as normas estabelecidas. Em contrapartida “algum poder penal, entretanto, para dar um basta ao mau comportamento era, de acordo com seu plano, absolutamente necessário” (IDEM; IBIDEM:52). Sob essa mesma perspectiva, a forma de ocupação

do tempo das pessoas e o sentido de suas vidas se dava a partir do trabalho, que era oferecido em sua maioria pelas fábricas. Os contratantes tratavam de explorar os homens ao máximo, onde além de ganhar com o lucro gerado pelos trabalhadores também lucravam com suas despesas.

Se um homem não trabalhar, ele não tem nada a fazer, da manhã à noite, a não ser comer seu duro pão e tomar sua água, sem uma alma com quem falar. Se ele trabalhar, seu tempo será ocupado, e ele terá sua carne e sua cerveja, ou seja lá o que mais seus ganhos lhe permitirem. E ele não fará um gesto sem conseguir alguma coisa, a qual ele não obteria de outra forma. Este estímulo é necessário para que ele dê o máximo de si, mas mais do que isso não é necessário. É necessário que todo esforço que ele faça tenha sua recompensa; mas não é necessário que essa recompensa seja tão grande, ou quase tão grande, quanto a que ele teria se trabalhasse em outro local (BENTHAM; 2000:53).

Nesse sentido, os mecanismos de poder moderno se caracterizavam pela intervenção direta sob cada indivíduo, investimento nas pessoas de forma individual. Em contrapartida à antiguidade, o poder moderno deixava de ter o predomínio de decisão sobre a morte do indivíduo, como quando o rei decidia matar alguém em praça pública, e passava a gerir sobre a vida. Se criava um novo poder que iria gestar a vida de cada indivíduo, decidir acerca dos seus hábitos, de como ele se vestia, como andava, como cuidava de sua saúde, como educava seus filhos. De acordo com Foucault, a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções produz um controle das mínimas parcelas da vida e do corpo (FOUCAULT; 1999:7). Trata-se de um controle que não tem o objetivo de suplicar e mutilar o corpo humano, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo: “pois seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, mas gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando suas potencialidades e aperfeiçoando suas capacidades”. Se, por um lado, trata-se de um avanço, pois os soberanos já não podiam matar o indivíduo em praça pública; em contrapartida, passou a existir uma sujeição dos homens a um regime de disciplina sobre como deveriam levar suas próprias vidas.

Mais do que isso, como avalia Foucault (1999), a vigilância foi instaurada no interior de cada um: através da vigilância, o poder moderno induziu os

indivíduos a estarem frequentemente imersos a um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegurava o funcionamento automático do poder, mesmo se os vigias não estivessem presentes. Pode-se pensar que o objetivo deste modelo de arquitetura era o de instaurar a condição de vigiado no interior de cada indivíduo, de modo a economizar o máximo de olhar possível, ou seja, a vigilância poderia até não estar sendo exercida em tempo integral, mas os sujeitos agiam como se estivesse. Cada indivíduo carregava a estrutura de vigilância em si, ao saber que estava sendo observado, sua ação acontecia de forma comedida, fazendo com que ele agisse de acordo com as normas determinadas. Para Foucault (1999), a diferença entre observação e vigilância era que a observação era feita a partir de informações coletadas, enquanto a vigilância requeria a intervenção sobre os vigiados a partir desta observação. Para exercer vigilância era necessário a observação, o conhecimento e a intervenção, nos quais possibilitavam a verificação da eficiência do sistema. A observação se caracterizava pela função de extrair informações e instruir saberes através de um olhar passivo. A informação era consumível pelo acesso ao conhecimento e da subjetividade gerada pelos modos de operação dos corpos. A intervenção se dava pela forma de utilizar as informações obtidas através da observação com fins de intervir na realidade. Como explica o autor:

Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia; muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente (FOUCAULT; 1996:166).

A figura do vigia mesmo que não estivesse em ação, continuava exercendo poder controlador, pois sua presença não poderia ser notada nem verificada devido à sua disposição espacial. Um caráter central possuía olhar amplo sobre todos, em que os indivíduos eram controlados através de dispositivos de vigilância, nos quais poderiam se relacionar com a torre central da estrutura panóptica. A figura do vigia não era exatamente necessária em todos os momentos, o que se tornava imprescindível era a torre central que possibilitava a imagem de um olho que

tudo vê, exercendo em tempo integral a vigilância enquanto o indivíduo estava presente no determinado local. Não se poderia saber se a vigilância estava sendo realmente exercida ou não, então é como se o sujeito estivesse sendo constantemente observado, acarretando um olhar vigiante instalado no interior de cada indivíduo. Assim, “o poder “visível e inverificável” era o que produzia um vigiado sabendo-se vigiado” (SANZ; 2015:123). A vigilância hierarquizada exercia tanto poder sobre a sociedade que, através da estrutura arquitetônica do modelo era possível fazer com que fossem observadas verdades sobre o homem, coletasse informações e saberes por parte deles e intervisse sobre os vigiados. Esta arquitetura atribuía-se pela permissão de um controle articulado e detalhado segundo Foucault (1999). As verdades poderiam ser observadas a partir dos dispositivos, onde a observação não se dava puramente por um olhar sem propósito, mas sim por um que buscava coletar informações e então, utilizá-las para moldar e intervir sobre as subjetividades individuais de cada pessoa. As transformações individuais se davam pela ação sobre os abrigados, o domínio sobre o comportamento de cada um, a execução dos efeitos de poder através de um encarceramento.

Nessa máquina assimétrica, os espaços são complexos — funcionais e hierárquicos —, sendo a torre fixa a materialização da hierarquia, ocupada mais por uma função, menos por um sujeito. No núcleo dessa construção encontra-se o lugar autorizado a vigiar, em vigilância que age sem que necessariamente esteja lá o vigia. Imprescindível, no entanto, é a economia de olhares, certo cálculo de sombras que possibilita o par visível, mas inverificável, efetivado diante da presença (essa, sim, necessária) de um único ponto apto ao olhar, a torre central (SANZ; 2015:124).

A coerção constante do corpo individual, neste sentido, garantia que o indivíduo permanecesse operando por meio de uma mecânica do poder, através de um sistema disciplinar moderno os corpos eram formados com a finalidade de aumento das forças individuais. Como avalia Sibilia (2012), para enquadrar-se nos “modos de ser” da sociedade moderna o indivíduo deveria agir de forma padronizada, de acordo com a moral, cidadania e bons costumes estabelecidos: “certos modos de ser e estar no mundo que se tornaram hegemônicos na era moderna por serem dotados de determinadas habilidades e aptidões” (SIBILIA; 2012:43). Por isso a prisão não está sozinha, mas ligada a toda uma série de outros dispositivos “carcerários”

aparentemente bem diversos pois se destinam a aliviar, curar, socorrer, mas que tendem todos como ela a exercer um poder normalizador” (FOUCAULT, 1999:254). De fato, o autor não atribuiu à disciplina como sendo um aparelho estatal ou uma instituição, mas um dispositivo que operava em todas as instituições sociais, garantindo o bom funcionamento da sociedade e a perpetuação da própria lógica disciplinar. O poder disciplinar se pautava em exercícios minuciosamente calculados para a ampliação destas forças, em que o indivíduo poderia ser separado entre indivíduo normal e anormal, ou seja, ninguém iria querer estar inserido no grupo de pessoas que não atendiam ao padrão e às normas para não ficarem excluídos perante a sociedade. Dessa maneira, a dominação ocorria de maneira muito sutil, pois se estabelecia através de uma rede de relações, em que o indivíduo carregava o poder em si mesmo por meio de uma vigilância e internalização de normas. Segundo análise de Foucault (1999):

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT; 1999:164).

A disciplina, portanto, é apresentada por Foucault (1999:241) como dispositivo necessário para ordenar a multiplicidade humana a partir de três critérios: de forma menos custosa tanto econômica quanto politicamente; de modo que o poder fosse instaurado na sua intensidade máxima; e de maneira que fosse implementado de modo menos visível possível. Essa ordenação se voltava para a construção de corpos dóceis e, ao mesmo tempo, úteis para a produção: “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT; 1999:163). Assim, o corpo individual se torna o objeto do poder e de seus mecanismos – atuando (sem descanso) através de práticas moduladoras do corpo, práticas de coerção que geram movimentos, gestos e atitudes, uma microfísica de poder.

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas,

segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis (FOUCAULT; 1999:164).

A efetividade do modelo disciplinar, trata-se, como percebeu Deleuze (1992), de uma classificação e setorização dos indivíduos de acordo com sua posição em série, em filas, em macas, em celas para evitar aglomerações “perigosas”, agitações e revoltas. Por um lado, existia uma individualização do sujeito em meio a massa, cada indivíduo poderia ser verificado pela sua posição no espaço, por exemplo, a assinatura do sujeito e um respectivo número, que geram uma identidade individual no contexto geral de uma sociedade moderna, uma individualização da massa. Por outro, as fábricas faziam com que os corpos constituíssem, pela sua produção, um só corpo. De fato, assim, se configuravam dois polos: o da assinatura – que representa uma pessoa; e o de um número – que a coloca em uma posição na massa. Desse modo: “o poder é massificante e ‘individuante’, isto é, constitui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, e molda a individualidade de cada membro do corpo. (DELEUZE; 1992:222).

Por estã razão, trata-se, primeiro, de uma distribuição e fixação no espaço. Cada indivíduo ocupava seu devido local, disposto de forma que fosse vigiado e localizado a todo o momento, não intercambiando experiências, se comunicando com seus semelhantes de forma controlada, sem saber o que acontecia com o que estava externo ao seu espaço. Nesse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, os menores movimentos são percebidos, os acontecimentos são registrados: ‘Há um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia (...) onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos — isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar’. (FOUCAULT; 1999:221). Nessa perspectiva, uma das regras estabelecidas era a de existirem localizações funcionais, onde era necessário padronizar a ocupação de cada indivíduo para que cada um pudesse ser vigiado a fim de que não houvesse comunicações “perigosas” entre eles. Os espaços de confinamento dispunham de uma lógica onde os indivíduos ficavam enclausurados em um ambiente, em que comportavam um lugar individual para cada pessoa. A divisão do trabalho e suas operações, bem como o controle das tarefas de cada um,

permitted that the mechanisms of production would become each time more useful, increasing the machinery and the accumulation of capital. In his perspective, the discipline was given in confined spaces through the art of the distributions of the bodies, in closed spaces, where in most cases it required a fence, in which the disposition of form "quadrangular" permitted that the individual be found in a direct form. This distribution inhibited the groups that could constitute a political force and form thoughts that would hinder the "good functioning" of the disciplinary society. Through functional localizations where to isolate the individuals in their respective places of individual form permitted that they be localized in a more effective form, it was facilitated the collective and individual surveillance at the same time:

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de anti deserção, de anti vadiagem, de anti aglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico (FOUCAULT; 1999:169).

But beyond the distribution in space the institutions of confinement disciplined the subjects in form to exercise each of their functions from the perpetuation of a rhythm and of a time, so, a society in perfect rhythm and order. In this scope, to regulate the time of work became also indispensable for the productive activity of the individuals, a scheduling of time was necessary according to Foucault (1999). It was necessary also to delimit the hours in which the subjects had access to and exit from the institutions of confinement, as well as the form precise in which they operated their respective activities, in order to assist in the meticulous control of the individual bodies. Time was, thus, calculated precisely in its minutes regulating in an exact form as they moved and operated the bodies for their docility, utility and production. Thus, the verification of the bodies could be given at any moment, for, in this reality, it operated in a linear, mechanical and predictable way, according to a

padrão determinado. Regulava-se também, de forma específica, o modo como o corpo executava seus gestos para que economizassem o máximo de movimentos, logo de tempo, tornando as pessoas cada vez mais eficientes. Afinal, na lógica capitalista, tempo é dinheiro e quanto mais rápida a produção mais eficaz e lucrativa ela se tornava. Menos gestos de forma mais exaustiva possível poderia tornar o sujeito condicionado para a produção.

Neste âmbito, Bentham (1972) também analisa a forma como as crianças deveriam ser submetidas a essa mecânica de poder e disciplina. Deveriam ser tiradas desde cedo da tutela de seu pais e serem moldadas o quanto antes por instituições do Estado capacitadas para educarem as crianças de acordo com sua moral e costumes. Também faziam os pais acreditarem que quanto mais submetidas ao olhar vigilante do professor, mais educadas elas ficariam, ou seja, mais aptas para assumirem seus papéis na sociedade, se tornarem bons cidadãos e aprimorarem suas capacidades. “Ali, com a freqüência que quiserem, eles podem ver seus filhos progredindo e aprendendo, se isso os satisfaz, sem interromperem as tarefas ou atrapalharem a disciplina” (BENTHAM; 2000:80). Logo, o Estado adquiria a permissão dos pais para retirarem as crianças o quanto antes do seio familiar, a fim de que fossem moldadas de acordo com a moralidade e a disciplina proposta.

Pode-se dizer também que essa sujeição ocorria através de mecanismos normatizadores que dirigiam condutas e geravam comportamentos a serem seguidos e obedecidos pela sociedade como um todo. Sansões punitivas eram estabelecidas para aqueles que não cumprissem as normas. E para aqueles que conseguissem cumpri-las, sistemas recompensadores também eram colocados em vigor. Essas ações buscavam reduzir as práticas que se opunham à maximização da produção e neutralizar os efeitos de contra poder e resistência. Vigilância, punição, recompensa, submissão e exercício tornam o indivíduo mais dócil perante esses condicionamentos, bem como mais útil. Cabe ressaltar, que o caráter punitivo não ocorria somente nas instituições carcerárias, ele se transformava em uma inspeção sobre o sujeito nas demais instituições, como exemplifica Foucault (1999:242). A punição era aplicável quando as aptidões não condiziam com o esperado, como nas escolas, quando a produção não gerava lucratividade como nas fábricas, quando a força não era destrutiva como no exército. Quanto mais tempo a sociedade estivesse

exposta a esse modelo de inspeção, maior a eficácia para perpetuação do poder disciplinador.

4 CAPÍTULO II – A ESCOLA MODERNA: TECNOLOGIA E PILAR DISCIPLINAR

Dentre as diversas instituições de confinamento, este capítulo busca tratar mais especificamente da instituição escolar. De acordo com Sibilia (2012) a escola é uma “tecnologia de época” que possui um caráter normalizador, ou seja, algo que fez parte de um projeto político específico, respondendo a anseios de uma época: “o regime escolar foi inventado algum tempo atrás em uma cultura bem definida, isto é, numa confluência espaço-temporal concreta e identificável, diríamos até que recente demais para ter se arraigado a ponto de se tornar inquestionável” (SIBILIA, 2012:9). A escola moderna, que se concebe até a atualidade, foi criada com objetivos de atender uma demanda de formar cidadãos para a produtividade da lógica capitalista industrial, para a adequação dos sujeitos a expectativas políticas e sociais de forma disciplinar, instrutora, civilizadora e moralizadora. Logo, era basicamente um dispositivo utilizado para que, através da disciplina, a moral e os costumes, formasse pessoas e manutenção de ideologias e poder, que iam de encontro às necessidades de formação de mão de obra para o trabalho nas indústrias. Ela era permeada por uma relação mais autoritária para a formação moral, intelectual e social do indivíduo, priorizava os conhecimentos técnicos e científico em detrimento dos conhecimentos que ressaltam as emoções humanas. Para que a instituição escolar se tornasse legítima, foram delimitados objetivos que se deveriam cumprir e modos de operar, onde cada cidadão possuísse como meta desenvolver uma consciência de identidade nacional e cidadania, e em seguida desenvolver também habilidades e competências, como por exemplo aprender a ler, escrever e calcular como aponta Sibilia no livro “Redes ou paredes: a escola em tempo de dispersão” em sua investigação sobre Kant:

O filósofo destacava que “é preciso cuidar da moralização”, a fim de que, havendo aprendido a executar um conjunto de tarefas com finalidades distintas, cada um tivesse também “um critério conforme o qual [escolhesse] somente os bons objetivos”. Em síntese, a pedagogia teria como meta propiciar “o desenvolvimento da humanidade”, de maneira cumulativa e cada vez mais aperfeiçoada, procurando fazer com que ela fosse não apenas “hábil, mas também moral”, pois “não basta o adestramento; o que importa, acima de tudo, é que a criança aprenda a pensar”; e, fundamentalmente, que saiba se comportar como convém (SIBILIA; 2012:19).

Segundo a perspectiva de Foucault (1999) o projeto da escola moderna se estrutura em uma arquitetura para a formação de uma sociedade ideal do século XIX, em que este dispositivo estabelece um funcionamento estrutural para uma sujeição internalizada dos indivíduos, que se firma a partir da vigilância possibilitada pela estrutura do modelo panóptico, na qual poderia ser aplicada nas demais instituições. As possibilidades dos métodos utilizados pela escola moderna eram a de um regime autoritário, como o da prisão, inculcando uma constância na vigilância exercida nesta instituição, pautando as ações dos indivíduos nela inseridos pelo desenvolvimento interior de acordo com Sibilia (2012). Os paradigmas perpetuados eram reforçados ainda mais dentro das instituições familiares, pois estas apoiavam e sustentavam a instituição escolar, bem como atribuíam o mesmo valor a ela através de sucessivas gerações. O sujeito, logo, era preparado para se tornar um cidadão, e adotar uma moral e virtude em comum estabelecidas por normas e convenções estatais. A ampla possibilidade para ser e experimentar a vida se afunilam para padrões impostos desde a infância, e se perpetua pela fase escolar e vida adulta no ingresso ao ciclo que existe entre as diversas instituições existentes no Estado.

Na verdade, a ideia da maior parte dos pais, creio, é que as crianças nunca estão o tempo suficiente sob os olhos do mestre; e se o homem fosse um animal consistente, nenhum dos que entretêm essa ideia deveria deixar de se alegrar em ver o princípio sendo levado o mais longe possível (BENTHAM; 2000:76).

Na perspectiva de Foucault (1999), estas instituições foram criadas a fim de proporcionar um espaço de produção útil ao sistema, criando corpos dóceis e exercitados capazes de realizar tarefas, obedientes quanto à lógica sugerida, e mentes capazes de pensar essa lógica de produção e aprimorá-la, sem estabelecer nenhum tipo de vínculo com àqueles que não conseguiram se adequar. Para a eficiência desse modelo educacional o indivíduo precisava estar o tempo todo atento, em uma constante disciplina e sob constante vigia e avaliação. O corpo era trabalhado de forma detalhada para poder se tornar objeto e alvo do poder, em que através das diversas instituições, inclusive a escola, era modelado e treinado de acordo com a disciplina, os indivíduos eram de certa forma adestrados para se tornarem o mais útil de forma mais dócil possível. Os alunos seguiam uma disciplina de obediência, de subordinação ao poder, e a escola obtinha um papel de dominação dos corpos através

da extração das maiores forças possíveis dos indivíduos em operação de acordo com a maior utilidade que eles poderiam oferecer. Essa configuração dá suporte ao modelo capitalista industrial para formar corpos dóceis e submissos politicamente.

Na escola, o controle de mínimas parcelas da vida e do corpo dos estudantes, por meio das práticas disciplinares, oferece todo um conjunto de saber, de dados, de receitas que permitem o controle e utilização dos indivíduos que configuram o ambiente escolar (Foucault; 1999:42).

Provavelmente pode-se pensar esse sistema educacional também a partir do conceito de escola bancária, proposta por Freire (1996), em que os conteúdos se tornam sem sentido para os alunos devido à forma como é apresentado. Partindo da análise de que a escola surgiu para formar indivíduos, ela possui o dever de possibilitar aos educandos o contato com os saberes, com o conhecimento e com a verdade. Quando ela assume uma postura em que somente transmite saberes prontos e acabados se torna uma instituição alienadora segundo Freire (1996). A escola moderna adquire então um papel de reprodução de normas e regras disciplinares, que são úteis para a produção e manutenção do capitalismo industrial, que não busca formar sujeitos que possam entender e serem críticos perante essa realidade, para que não apresentem relutância contra as mecânicas do poder. Movimentos que não estão de acordo com os mecanismos de poder são vigiados e punidos para que o bom andamento da sociedade não sofra interferências e não se fragilize com manifestações contra o sistema. Perante o exposto, e baseando-se nas argumentações de Foucault (1999), as relações de poder podem gerar atos de resistência, por menores que sejam, como vandalismos nas escolas, desobediência, e falta de interesse nos estudos, que unem uma massa para lutar contra a realidade social em que os sujeitos se encontram. A mecânica do poder e os modelos de funcionamento das instituições estatais, principalmente as escolas, lutavam para que esse comportamento não ocorresse, de maneira a inibir qualquer relutância. Neste âmbito, a modernidade possui como característica uma formação escolar passiva, acrítica, técnica e produtiva e descontextualizada do cotidiano do educando.

Nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se

então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT; 1999:164).

Segundo Foucault (1999) a disciplina se dispunha através do controle das seguintes atividades dos alunos: o horário, a elaboração temporal do ato, relacionar os gestos do corpo e sua eficácia, as relações entre o corpo e o objeto e a utilização exaustiva do mesmo. A primeira atividade consiste no controle do horário de forma precisa, onde importam os minutos e segundos do tempo, cada minuto era precioso por tanto executar as operações mecanicamente acarretariam seu melhor aproveitamento. A segunda consiste em decompor os gestos para adaptar o corpo aos modos de operação do tempo. A terceira consiste em não deixar ninguém ocioso para que fosse implantada a lógica de eficiência e utilização integral do tempo. A quarta consiste em tornar os sujeitos técnicos para executarem determinados movimentos que lhe seriam úteis para sua produtividade, ou seja, articular os gestos do corpo em relação aos objetos que operam. Finalmente, a quinta atividade consiste na utilização dos corpos de maneira exaustiva, pois segundo o autor, desperdiçar o tempo se caracterizava por erro moral e desonestidade econômica, assim, quanto mais ele fosse aproveitado, mais resultados eficientes seriam apresentados. A escola neste sentido dispunha de uma organização que respeitasse esse controle das atividades:

O espaço escolar se desdobra; a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vêm se colocar uns ao lado dos outros sob os olhares do mestre. A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa a definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios; colocação atribuída a cada um em relação a cada tarefa e cada prova; colocação que ele obtém de semana em semana, de mês em mês, de ano em ano; alinhamento das classes de idade umas depois das outras; sucessão dos assuntos ensinados, das questões tratadas segundo uma ordem de dificuldade crescente (FOUCAULT; 1999:174).

Conclui-se que os espaços escolares se organizavam de modo que não houvesse muita interação entre as pessoas, como pode-se perceber na organização em filas de sala de aula, da disposição em série dos dormitórios e do modo como a

comunicação era controlada através da obediência. A figura arquitetônica da escola, segundo Foucault (1999), deveria repartir o lugar de habitação dos indivíduos, onde a própria estrutura da mesma deveria ser um aparelho de vigiar. A forma de tratamento individual dos sujeitos através de fileiras e lugares previamente delimitados, possibilitava que os corpos não fossem treinados para uma utilização exaustiva, e fossem verificados através de uma vigilância, não possuíam espaço nem tempo para intercambiar suas subjetividades. Os espaços organizavam-se através de repartições, se dispunham não como uma cela, em que o indivíduo fica confinado, mas por exemplo em fileiras, dormitórios dispostos sequencialmente separando meninos de meninas, em intervalos iguais de acordo com Foucault (1999). A delimitação do espaço é pensada para que se torne mais ampla a visibilidade do aluno para o professor, os movimentos dos corpos eram vigiados para que se submetessem a uma sanção normatizava e perpetuassem a mecânica de poder.

Os alunos, enfileirados, colocados uns ao lado dos outros, são igualmente expostos à visão do mestre em sua ronda, permanentemente sob a mira e o domínio de um olho poderoso, central, “superior”, fazendo com que a relação de fiscalização, definida e regulada, esteja inserida, segundo Foucault (1997, p.148), na essência da prática do ensino “não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência”. Instala-se uma dependência que subordina qualquer transferência de conhecimento à conquista da domesticidade dos corpos submetidos (SANZ; 2015:124).

Foucault (1999) também aponta para a necessidade de “esquadrinhamento” do tempo das instituições escolares, as atividades deveriam ser planejadas de forma meticulosa para que ocorresse a apreensão do conhecimento no menor tempo possível, em semelhanças às fábricas e seus sistemas produtivos. Sirenes como as da fábrica eram utilizadas para delimitar até mesmo os minutos estabelecidos para cada atividade, e assim todos poderiam identificar o início e o término de cada uma. Técnicas rigorosas eram impostas para estabelecer as operações dos corpos dos indivíduos a fim de não ficarem ociosos, utilizassem o máximo de seu tempo para utilidade do sistema, e nesse caso, para a produção de saberes. Essas normas temporais possibilitavam, de acordo com Foucault (1999: 180), “acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude”. O tempo era visto de forma evolutiva, onde os momentos possuem continuidade para acontecerem, séries individuais padronizavam as técnicas que deveriam ser

adquiridas em cada uma delas. Foucault (1999:183) também aponta que cada momento era segmentado, como por exemplo o momento de aquisição de saber, de práticas e de exercícios, cada um com seu local e tempo apropriados. A disposição dos indivíduos em série com determinada duração temporal possibilitava a análise por exames e provas de cada um no âmbito de seus níveis, de suas atividades, e seus postos hierárquicos e qualificando-os de acordo com seus desempenhos em cada nível. As técnicas de poder da modernidade se constituíam não só através da disposição dos indivíduos no espaço como também no esquadramento do tempo. Como investigou Aires (2000), uma progressiva distribuição dos alunos de acordo com a idade foi realizada no fim do século XVIII e no início do século XIX com o objetivo de adequar o ensinamento do mestre as necessidades e capacidades de cada aluno: “fixação de uma correspondência cada vez mais rigorosa entre a idade e a classe. Os mestres se habituaram então a compor suas classes em função da idade dos alunos” (ARIÈS; 2000:176).

Os indivíduos operavam de forma padronizada em semelhança as fábricas, prisões e hospitais de acordo com Foucault (1999). A verificação dos corpos alcançava uma amplitude em virtude dessa disposição, pois o professor adquire o caráter de autoridade e vigilância em sala de aula, ocupando uma posição hierárquica superior. O professor assume nesta instituição o dever de ensinar os alunos segundo afirma Sanz (2015:124), mas em troca deve receber auxílio, obediência e demais serviços. Neste aspecto, a comunicação estabelecida entre professor e aluno ocorria de forma verticalizada, ou seja, o professor transmitia saberes e os depositava nos alunos, nos quais que estes não teriam direito a contestar o que o professor, autoridade máxima, falava e normatizava. Devido sua disposição espacial, seu olhar se tornava vigilante, ou seja, poderia visualizar todos os indivíduos, assim como os gestores da escola ganhavam o de torre central de vigilância e autoridade sobre todos, alunos e professores, devido sua capacidade de visibilidade sobre todas as salas de aula. O professor também se caracterizava pelo papel de formar sujeitos capacitados intelectualmente para operações técnicas e úteis à produção, mas de forma a não suscitar uma racionalidade sobre a realidade política e socioeconômico em que os educandos estão inseridos. O professor possuía um poder punitivo e coercitivo que se firmava na premissa de que ele tinha papel salvador das almas dos alunos de suas próprias ignorância firmados na vontade de Deus segundo afirma Sanz (2015). Neste

âmbito, o professor assume um papel disciplinador e ganha caráter de vigia, pautado na punição e recompensa para perpetuação dos mecanismos de poder e disciplina, que se pode relacionar com o centro de controle do modelo panóptico. O professor não apenas impõe mecanismos de poder aos alunos como também são submetidos à mesma mecânica, pois suas práticas pedagógicas também eram vigiadas pelos seus superiores. Assim, ele apenas cumpria ordens e executava sua função de acordo com uma mecânica disciplinar, em que os alunos são apenas receptores de suas ideias e operantes desse modelo de ensino. Ele assumia esse papel normalizador e formador, pois o Estado dava essa oportunidade para que fosse cumprido seu papel para o estabelecimento de uma perfeita sociedade disciplinar.

Quem quer que seja que estabeleça uma escola de acordo com o máximo do princípio da inspeção tem que estar bem seguro a respeito do mestre; pois, da mesma forma que o corpo do menino é o fruto do corpo de seu pai, sua mente é o fruto da mente de seu mestre; com nenhuma outra diferença que não aquela que existe entre o *poder* de um lado e a *sujeição* do outro (BENTHAM; 2000:77).

Através da vigilância é possível verificar os corpos de modo individual sobre como agem e intervirem a partir desta análise. O poder se instala na vida dos alunos através da vigilância, que se, apoia em práticas automatizadas sustentadas pela organização e esquadramento do tempo e espaço. Logo, Foucault (1999) afirma que em um perfeito aparelho disciplinar um único olhar deveria possuir ampla visão para que pudesse visualizar todos os indivíduos perfeitamente, em que ela ganha caráter de vigia que represente os efeitos do poder. “Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados” (FOUCAULT; 1999: 209). Apesar desse modelo se assemelhar ao do panóptico, a vigilância aqui não é inverificável, pois o vigia está sob visibilidade de todos e em constante atenção sobre todos. De acordo com Foucault (1999:200) além do olhar do professor, pode-se delegar funções aqueles alunos que se destacam em seu comportamento para auxiliar no caráter fiscalizador e no que tange a tarefas materiais, analisando aqueles que infringem regras e se comportam mal e contando ao professor sobre estas condutas.

O não cumprimento das regras estabelecidas acarretava a punição na escola moderna. Esse regime de punição, de acordo com Foucault (1999), se constitui em um sistema de gratificação e sansão de normas, que molda corpos dóceis e produtivos. Um sistema normativo que pune e recompensa diante dessas normas se estabelecia, em que as recompensas poderiam ser incitadas a fim de motivarem os indivíduos a obedecerem às normas que deveriam ser prioritariamente utilizadas. Em contrapartida, determinados comportamentos sofriam penalizações por não contribuírem para o bom andamento dos mecanismos de poder, essas penalizações eram castigos dados na forma de correção desses desvios. Assim, se estabeleciam punições proporcionais aos tipos de penalidades de cada aluno:

uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 1999: 203).

A verificação da eficácia do modelo educacional e respectivas práticas pedagógicas se dava através de exames individuais, nos quais eram diretivos e pontuais. Segundo Foucault (1999), o exame utilizava tanto normas, quanto vigilância, e qualificava cada aluno de forma individual para avaliação de seu desempenho, utilidade, disciplina e obediência, a fim de que ele fosse comparado, medido, classificado e descrito. Os processos de verificação do indivíduo ocorriam em espaços de tempo padronizados, que tornava verificável todo o conhecimento transmitido até então. Os exames eram dados de forma pontuais, aferindo toda apreensão de conhecimento de uma só vez, onde o indivíduo se mostra ou não apto a exercer uma função social, ou se compreendeu o conteúdo de acordo com a visão do professor. Geralmente o instrumento utilizado no exame eram as provas, em que o professor levanta o aprendizado do educando, descrevendo-o, mensurando-o de acordo com seus saberes formais e científicos, e informando sobre o nível em que o aluno se encontra, permitindo uma comparação entre os eles e formando grupos por meio da promoção dos melhores e a exclusão dos piores. De acordo com a premissa de Foucault (1999) a escola se constitui até a contemporaneidade também em um dispositivo examinador, que classifica as pessoas ali inseridas em números, notas e classificações. Nem sempre o exame terá eficácia plena quanto a verificação da

aprendizagem, pois ele não garante que o aluno tenha de fato aprendido. Assim, para que seja recompensado o aluno muitas vezes utiliza mecanismos de memorização para responder o que o professor pretende aferir com o exame sem ao menos ter internalizado aquele conhecimento. Logo, a apreensão do conhecimento também acontecia com o objetivo de obter uma nota que classificasse os indivíduos dentro de um grupo dos melhores alunos, ou por meio do medo de uma sanção punitiva perante uma falha, uma nota baixa, e a real apreensão do conhecimento acabava ficando de escanteio perante essas normatizações. A possibilidade de um aluno querer decorar o conteúdo apenas para se qualificar melhor em uma posição de uma fila era grande, logo o conhecimento se reduzia a uma simples memorização pontual sobre os conhecimentos requeridos no exame.

A maioria das práticas pedagógicas adotadas para os instrumentos de verificação do conhecimento como o exame, utilizaram uma linguagem escrita em seu plano de ação. A proposta de letramento, em uma cultura pautada pela oralidade e a escrita, sustentou a instituição escolar durante muito tempo. Essa proposta era vista como um horizonte de realização, o objetivo geral dos planejamentos educacionais. Dentro dessa perspectiva, o processo de apropriação do conhecimento se dava de uma forma bastante reflexiva que requeria muita atenção dos estudantes, bem como uma disciplina para manter o foco. O exame era realizado através de mecanismos que na maioria das vezes requeria a escrita como instrumento principal de realização. De acordo com Sibilía (2012) a cultura instaurada nessa sociedade foi majoritariamente a letrada, e a partir delas aconteciam a apropriação do conhecimento, de forma bem técnica e passiva. Os sujeitos precisavam dispor de tempo para sentar, ler e apreender as informações obtidas, e só conseguiriam tal feito se fossem capazes de se concentrar e focar sua atenção para as leituras realizadas, ou seja, eles deveriam ser disciplinados, focados, concentrados, efetuar leituras lineares e disporem de tempo para fazê-las. Para comunicar o pensamento os sujeitos além da linguagem oral utilizavam muito a escrita, e é perante essa realidade que a escola formulou as práticas pedagógicas cabíveis e de acordo com as demandas do poder na sociedade disciplinar. De acordo com Sibilía (2012) para dominar a linguagem escrita os alunos deveriam se apropriar da simbologia dos signos daquela época e pausar um pouco os estímulos externos e se voltarem para uma concentração interior, com uma atenção direcionada e reflexiva. Esta reflexão, porém, não se dava no âmbito político de acordo

com Foucault (1999), mas sim no científico e tecnológico. Neste sentido, a transmissão do conhecimento ocorria muitas vezes através da linguagem oral e escrita, pela transmissão de conteúdos pela fala do professor e pelos livros que ele recomendava e possibilitava o acesso. Provavelmente a formação do indivíduo era alienante e condicionava-o a passividade política perante o poder e seus mecanismos.

Uma possibilidade para a análise da escola do século XXI é resgatar sua história e o seu surgimento da maneira como se concebe hoje. Frente a análise feita neste capítulo, pode-se pensar que a escola moderna se firmou de tal maneira que se perpetua até a contemporaneidade. Sua estrutura disciplinar se deu de maneira tão rígida que poucas mudanças foram capazes de se realizarem nessa instituição durante os séculos que se perpetuaram. Se questionarmos a escola moderna e sua estrutura hierárquica, disciplinar, normativa e civilizatória iremos nos deparar com uma grande semelhança nas práticas pedagógicas e as disposições espaciais e temporais que se estendem desde os séculos XVIII até o presente século XXI. Assim, percebe-se que a rigidez das disciplinas permitiu que a escola e sua estrutura cruzassem o tempo como instituição de confinamento, entretanto, percebe-se também que perante as modificações sociais, a globalização e as revoluções tecnológicas uma crise se instaura nestas instituições como investigam Sibilia (2012) e Deleuze (1992).

5 CAPÍTULO III - A PASSAGEM CONTEMPORÂNEA À UMA SOCIEDADE DE CONTROLE

Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares [...] (Deleuze; 1992:220).

Deleuze (1992), discute em um celebre texto intitulado “Post-Scriptum sobre as sociedades de controle”, a crise que se anuncia sobre a estrutura disciplinar estudadas por Michel Foucault, e se instalaram definitivamente depois da Segunda Guerra mundial. Trata-se de uma transformação significativa após o século XX, em meio ao desenvolvimento do sistema capitalista neoliberal e uma revolução tecnológica gerada pela globalização. A globalização reconfigurou os modos de produção e comunicação, impulsionada pelos dispositivos tecnológicos, nos quais começaram a serem usados de modo a quebrar barreiras geográficas de interconexão e expandindo o potencial consumidor de local para global, tanto de bens quanto de informações. Segundo o autor: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser (DELEUZE; 1992: 219). Em contrapartida à sociedade disciplinar que limitava o acesso ao conhecimento, a contemporaneidade utiliza as tecnologias de modo a permitir aos sujeitos acesso democrático em larga escala à informações, comunicação e entretenimento. Um mundo “virtual” possibilitou uma extensão da realidade contemporânea, onde é permitido aos sujeitos estabelecerem comunicações através das tecnologias, nas quais podem executar a maioria das operações cotidianas, desde uma simples comunicação até o consumo bens e de informações, transações bancárias, administração financeira, lazer e outros. Nesta realidade digital, verifica-se a produção de informações que transitam num fluxo contínuo na rede e alcançam uma dispersão espacial em larga escala global em uma velocidade instantânea e imediata. Uma organização social se firma no capitalismo dinâmico neoliberal, pautada pelo consumo e produção em larga escala, bem como investimento no marketing e publicidade para dar dinâmica aos fluxos financeiros de forma global como afirma Sibilía (2012:45).

Na sociedade de controle o poder não se extingue, ele se dilui entre as diversas esferas da vida do sujeito e se torna cada vez mais indefinido. Ele não necessita mais de uma estrutura rígida para ser exercido, ele pode condicionar apenas

pela informação disposta aos indivíduos. As amostragens e fluxos de informações produzidas no *ciberespaço* apresentam um certo tipo de matéria prima para o controle social. Para Deleuze (1992), o fluxo de informações permite o monitoramento dos indivíduos e suas respectivas atividades de forma a controlar as ações, prevê-las e intervir sobre elas. Verifica-se uma mudança na estrutura das informações modernas que se caracterizava pela estrutura hierárquica e vertical. Já na sociedade de controle, verifica-se a reconfiguração de indivíduos disciplinados para indivíduos controlados através do fluxo de informações produzidos em espaços digitais dispostos em rede como abordam alguns autores como Deleuze (1992), Sibilía (2012), Bruno (2013) e Sanz (2015).

Em uma sociedade disciplinar, o modo de produção do sujeito se voltava para a formação de um corpo dócil e útil através de mecanismos disciplinadores que confinavam e vigiam os corpos e o modo como produziam subjetividades. Em contrapartida, na realidade contemporânea os mecanismos de poder se reestruturam do confinamento à um campo de condutas possíveis, que produzem corpos flexíveis de acordo com as diferentes modulações da rede e produtores de um fluxo de informações capazes de se inserirem em um sistema de redes informatizadas e tecnológicas. Corpos dóceis agora são solicitados a serem excitados, estarem antenados no fluxo de informações, participativos e atentos.

Corpos dóceis, obedientes, esforçados, reprimidos, confinados, trabalhadores, disciplinados e úteis iniciaram sua alegre conversão para os corpos vorazes, ansiosos, flexíveis, performáticos, hedonistas, narcisistas, hiperativos, mutantes, consumidores, conectados e úteis da atualidade. (SIBILIA; 2012: 179).

Segundo a perspectiva de Deleuze (1992), os indivíduos modulam sobre o controle, ou seja, se modificam de acordo com interesses e competências, modificando também as amostragens e a análise da sociedade contemporânea. Diferentemente do molde das disciplinas modernas, que demandavam ações de acordo com o que se determinava e que enclausuravam e repartiam os espaços funcionais, no contemporâneo o controle é estabelecido pelas modulações. Os sujeitos contemporâneos se caracterizam pela sua flexibilidade, sua plasticidade, e suas constante modificações, em face dessa realidade o molde exercido através das

disciplinas rígidas e engessadas dão lugar às modulações, com caráter flexível, mutante, sendo a todo momento modificadas. Pelo acesso aos diversos espaços, e pela falta de limite definido, as pessoas possuem certa “liberdade” para suas ações e escolhas. As pessoas podem flutuar entre diversas realidades, e essa flexibilização demanda novas formas de poder e controle, pois não comportam mais os moldes disciplinares.

Deleuze (1992) investiga o homem contemporâneo da seguinte maneira: “o homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o surf já substituiu os antigos esportes” (DELEUZE; 1992: 223). De acordo com ele a identidade do indivíduo não é mais fixa e imutável como na configuração disciplinar, agora na nova sociedade de controle sua identidade é divisível, ou seja, ele flutua entre diversas realidades em que ele não pertence a uma identidade fixa, mas pertence à todas ao mesmo tempo, pois faz parte de um grande complexo de informações que forma uma grande rede de relações. Diferentemente da padronização em número dos indivíduos em fila, na qual sua identidade é representada por uma assinatura e um número em série, na sociedade de controle o indivíduo pode flutuar em diversos contextos sociais, mas possui um código de acesso, uma senha, que o autoriza ou não a acessar os conteúdos dos mesmos. Os indivíduos nesse sentido passam a serem divisíveis, em que o acesso de cada um é aceito ou recusado através de seu código, pessoal e intransferível, gerando uma amostragem de dados das ações produzidas num fluxo de informações, por exemplo: transações bancárias, chamadas telefônicas, serviços de localizações, passagem aérea, cambio, etc.

O essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos (DELEUZE; 1992: 222).

Assim, percebe-se no presente contexto a formação de grupos que representam amostragens diferentes, massas particulares, diferentes padrões grupais, nas quais as pessoas podem estar contidas não em apenas um grupo, mas sim em vários, pois se unem a eles pela semelhança que apresentam e no fluxo de

informações que consomem. Na perspectiva de Bruno (2013), há um grande incentivo à participação na produção de informações por cada indivíduo, para que se pretenda mostrar um pouco de si mesmo para o mundo, seja através de imagens, fotografias, redes sociais e seja através das tecnologias e cybercultura. Nesta nova realidade cada um planeja como quer ser visto e vigia os modos de ser do outro. A lógica do ver e ser visto proposta por Bruno (2013) se configura de modo que cada pessoa escolha como será representada através dos signos adotados no uso cotidiano. Esta configuração permite que sejam formados diversos grupos ou massas devido às simbologias atribuídas a cada representação, ou grupos de indivíduos que interagem entre si e estão inseridos não em uma só massa, mas sim em diversas. As pessoas podem transitar entre as diversas realidades apenas com um celular na mão, sem precisarem sair do lugar onde se encontram ou disporem muito tempo para o feito.

Bruno (2013) também investiga a sociedade contemporânea através de duas matrizes, a disciplina e o espetáculo, e a mudança do processo de interação e ação entre elas desde a modernidade. Esses dois elementos sofreram mudanças com o surgimento dos dispositivos midiáticos e de redes, modificando o modo de se relacionar e produzir subjetividade do sujeito. De acordo com ela, a disciplina possibilitava uma maneira de investigação de si mesmo, ou seja, o indivíduo se autovigiava, se autoanalisava, autoexaminava e com isso produzia uma subjetividade interiorizada, com atenção voltada para si, não para os outros. Em detrimento disto, surge a partir da era contemporânea, focando-se não mais em uma produção para o desenvolvimento interior, mas sim, para a exterioridade, a aparência e a visibilidade. Os espaços de produção de subjetividade são “máquinas de ver que produzem modos de ser”, como pode-se perceber nas redes sociais, dispositivos fotográficos, computadores, celulares e outras tecnologias que adquirem caráter vigilante, bem como um espaço de exposição do eu em que o indivíduo produz subjetividade e fluxo de informações nas redes informatizadas. Os sujeitos se tornam performáticos, querem ter uma vida sedutora como mostrado pelo mercado midiático e mostrar para o mundo que “é feliz” para que esta forma de felicidade seja validada socialmente. A vida se torna legítima quando permeada por uma platéia, tornando o indivíduo performático. Para que os momentos sejam eternizados não basta mais uma boa memória, as pessoas precisam registrar em imagens e fotografias para tornar as experiências válidas e compartilhá-las para verificar se estão sendo aplaudidos, de

modo a darem manutenção para o fluxo de controle de informações. Vivencia-se uma era onde os momentos demandam registro em tempo real e a todo momento. Todos precisam se mostrar e assim, vigiam os demais da mesma maneira como são vigiados.

O espetáculo que permeia a sociedade contemporânea reconfigura as fronteiras entre público e privado, especialmente em ambientes comunicacionais marcados pela exposição do eu. Esta fronteira se difunde e o que antes se denominava vida privada, hoje se torna pública devido ao fato da mesma estar sendo compartilhada em rede para o acesso de todos. O regime de controle flui também para a vida privada dos indivíduos, mas não mais como na modernidade que necessitava de instituições (como a familiar, a escolar, a fábrica...) para exercer seu domínio, agora também é exercido através dos próprios indivíduos por meio de mídias e tecnologias presentes em todas as demais instituições. A cultura cibernética conecta as pessoas, acostumando-as a, até mesmo em casa, utilizarem as redes de informações para trabalhar, estudar, adquirir conhecimento, se comunicarem e se entreterem como afirma Bruno (2013). O olhar do outro faz com que o indivíduo se preocupe com a imagem que ele está passando, e desse modo elabore sua própria subjetividade e modos de ser, se preocupando com a vigilância distribuída, ou seja, ele se preocupa não só se está sendo vigiado por um centro de controle como na modernidade, mas se preocupa com todos a sua volta, ambiente que está carregado de dispositivos vigilantes, e dos sujeitos próximos se também o estão olhando, analisando, vigiando. De acordo com Bruno (2013) as barreiras de público e privado são diluídas pois não existe nem mesmo mais um espaço individual de recolhimento do sujeito em sua vida privada, pois o próprio sujeito expõe sua vida na rede, não só sua vida pública, mas também suas ações em sua vida pessoal. Esta mudança se sustenta através das próprias ações espontâneas dos indivíduos, que se expõem e produzem um fluxo de informação e em contrapartida esperam receber curtidas, compartilhamentos e reações positivas sobre as subjetividades que produzem nesse espaço digital. Bruno (2013) afirma que tais ações possibilitam o sustento do controle individual através de mecanismos tecnológicos como o acesso e usufruto da rede informatizada.

Neste aspecto, parece ter havido uma modificação estrutural das instituições de confinamento modernas e dos interesses dos indivíduos de uma sociedade disciplinar até o século XX, para uma sociedade de controle do século XXI.

As instituições entram em crise, segundo Deleuze (1992), pois, o sujeito deveria estar confinado e disciplinado em uma sanção normatizada de docilidade e utilidade em que a sua atenção permanece focalizada em sua atividade. No contemporâneo, a realidade apresentada caminha em outra direção: devido à hiperconexão das redes informatizadas o sujeito não deve estar mais confinado e sim conectado, produzindo e consumindo informação, atento não somente a sua realidade, mas a realidade do ambiente que o cerca e do mundo. A instituição de confinamento moderna se reestruturou, pois, sua organização disciplinar não possibilita ao sujeito a ampla comunicação e interação devido sua organização espacial e temporal, e a falta desses aspectos não dão suporte à manutenção de uma rede informatizada que abriga todo potencial de coleta de informações sobre a sociedade e seus integrantes. Logo, os mecanismos de poder reestruturam suas ações para atender demandas de um mercado globalizado, flexível, interconectado e consumidor.

De fato, como pensam autores como Deleuze (1992) e Sibilia (2012), perante a modificação da sociedade moderna, o surgimento de outra comunica uma crise das instituições que sustentavam a primeira gerando conseqüentes mudanças. Logo, não convém mais manter indivíduos confinados em um sistema normatizador e disciplinar que não permite que o sujeito permaneça conectado à rede. As forças sociais exercidas pelos mecanismos de poder interveem na atualidade não só através de instituições físicas, mas também atuam de outras maneiras, como por exemplo as redes informatizadas e conectadas no meio digital. Para Bruno (2013) o controle na sociedade contemporânea pode ser exercido não só por instituições que representam o Estado, mas também através desta rede. Assim, para que os indivíduos estejam emparelhados com os mecanismos de controle social bastam estar conectados à rede. As instituições modeladoras modernas não são mais tão úteis a esta sociedade, pois os sujeitos que agora flutuam entre diversas realidades através da rede não possuem mais anseios que os confinamentos trouxeram outrora. Neste âmbito, se reestruturam também as formas de produção, em que fábricas são substituídas por empresas.

O regime panóptico proposto por Bentham (1972), vai aos poucos se reestruturando no contemporâneo, pois a forma moderna de controle exige que os indivíduos estejam operando suas ações dentro de um espaço delimitado em um determinado tempo, sua configuração se dava por operações individuais, modelação

de cada sujeito para agir onde se quer e como se querem, estes modos de ser e estar no mundo tornaram-se incompatíveis com as exigências do cotidiano contemporâneo. Com a informatização e a hiperconexão decorrente da tecnologia as pessoas se tornam cada vez mais conectadas, gerando uma demanda para transformar os mecanismos de poder vigentes outrora. A interação proporcionada pelas tecnologias permite que os sujeitos produzam subjetividades além dos espaços públicos e instituições de confinamento, o que acarreta a produção de informações, objeto de controle. Logo, os mecanismos de controle buscam uma nova forma de verificação dos corpos.

Bruno (2013), neste âmbito, investiga o que a modificação da vigilância implicou no modelo panóptico. A vigilância além de internalizada passa a ser voluntária, pois as pessoas se oferecem para serem vigiadas em troca de eficácia informacional e segurança. Por um lado, a vigilância ficou mais descentralizada, mas por outro, cabe ressaltar que ela não denota automaticamente um caráter democrático, pois as informações continuam sendo geridas pelo poder. Agora, são muitos olhos que tudo veem, não mais um olho do poder. A vigilância se distribui para alcançar toda a massa de indivíduos sem precisar da presença física de um vigia, nem tampouco um espaço delimitado, pois os indivíduos utilizam por si mesmo as tecnologias que possuem de forma intrínseca a vigilância em seus modos de funcionamento. Na modernidade, também havia vigilância constante, a diferença é verificada por meio das formas de vigilância, que não estão mais limitadas à um modelo de arquitetura panóptica, ela apenas necessita ter acesso às informações produzidas pelos indivíduos, e se distribui devido ao grande alcance das tecnologias na vida das pessoas.

Atividades de vigilância voltadas para indivíduos ou populações humanas envolvem, de modo geral, três elementos centrais: observação, conhecimento e intervenção. A observação pode ser efetuada de diferentes modos (visual, mecânico, eletrônico, digital) e implica a inspeção regular, sistemática e focalizada de indivíduos, populações, informações ou processos comportamentais, corporais, psíquicos, sociais, entre outros. Ela deve, ainda, permitir a produção de conhecimento sobre os vigiados, o que pode ser formalizado de diversas formas (extração de padrões, regularidades ou cadeias causais, por exemplo). Ou seja, as informações apreendidas pela observação devem ser convertidas em conhecimento a respeito daqueles sob vigilância, de modo a permitir agir sobre suas escolhas, subjetividades, comportamentos (BRUNO; 2013: 17).

A partir do conceito de vigilância, Fernanda Bruno (2013) sugere que a sociedade esteja permeada por uma “vigilância distribuída”. A vigilância é atribuída como um dispositivo de observação sistemática e focalizada de indivíduos, populações ou informações, com a finalidade de extrair conhecimento e intervir sobre os sujeitos vigiados, o que a difere da vigilância distribuída é que além de internalizar um olhar vigiante nos sujeitos, os mesmos também internalizam o caráter de vigia, ou seja, todos vigiam-se entre si, vigiam e são vigiados. Nesta, a verificação dos corpos também não se dá mais de forma individual em uma vigilância hierarquizada como no modelo panóptico, ela ocorre através dos fluxos de informações gerados por cada um e monitorados de forma horizontal, ou seja, muitos corpos controlam muitos em uma rede *on line*. “As mudanças mais importantes se passam não tanto na intensidade da vigilância, mas no seu modo de funcionamento, que se encontra em muitos aspectos bastante distanciados do modelo panóptico” (BRUNO; 2013; 25). Não é mais necessário um centro de controle, pois a monitoração ocorre em rede através dos sujeitos que vigiam uns aos outros, ou seja, estão em constante vigilância visto que estão sempre conectados, bem como são constantemente vigiados, pois estão inseridos na mesma lógica, é a lógica do “ver e ser visto” investigada por Bruno (2013). As tecnologias aumentam exponencialmente a vigilância, pois não é mais necessário a presença física de um vigia, estes dispositivos permitem a exposição do eu em larga escala em uma grande dispersão espacial em um curto espaço de tempo. As pessoas estão o tempo todo vigiando e sendo vigiadas, não mais somente por aquele que detém o poder, mas sim por todos os outros seres, que além de serem vigiados, ou seja, cuidarem da própria imagem, também são autônomos na produção de sua própria visibilidade, também vigiam os seus semelhantes a partir de um olhar construído por influências da rede. Os indivíduos estão em constante estado de controle e vigilância, pois é como se existisse uma câmera interna capaz de vigiar por dentro as ações. Ao saber que estão sob olhar de vigia as pessoas vigiam a si mesmas de forma cada vez mais autocrítica para atenderem aos padrões sociais, e dessa maneira acabam vigiando seu próximo também.

Bruno (2013) em sua investigação sobre a vigilância distribuída contemporânea traz à luz sete atributos e regimes de legitimação desta ação. Sob a

análise da autora, a vigilância distribuída se dá através dos dispositivos tecnológicos tão presentes no cotidiano, de forma descentralizada, sem hierarquias estáveis e nos diversos âmbitos da vida do sujeito. Ela está presente, por exemplo, nas áreas das comunicações, entretenimento, prestação de serviços e áreas que abrangem o cotidiano, incluindo até mesmo práticas e propósitos que ampliam sua ação para a vida pública e privada do indivíduo. Outro atributo propõe que a vigilância distribuída é exercida direta ou indiretamente, no que tange os diversos propósitos de sua vida, pois as tecnologias presentes em seu cotidiano acompanham suas ações em tempo integral. Também pode-se perceber a forma velada em que ocorre, pois sua função em primazia caracteriza-se por outros fins, e secundariamente, é possível uma ação vigilante em consonância com as outras funções. Logo, propõe como efeito de visibilidade secundário dos dispositivos tecnológicos utilizados o “controle de fluxos e acessos, comunicação, publicidade, geolocalização, entretenimento, sociabilidade etc” (BRUNO; 2013: 32).

As tecnologias e o modo como operam possuem em sua estrutura a vigilância, como por exemplo as redes sociais, a internet, os sistemas de busca e rastreamento, etc. Estes dispositivos estão tão inculcados na vida cotidiana das pessoas a ponto de se tornarem inquestionáveis. Este é um processo que ocorre de maneira sutil, se configura a partir de modulações da rede e acompanha as mudanças dos dispositivos de forma a não os descaracterizar. A vigilância contemporânea possui inúmeras finalidades, que vão desde a promessa de segurança até a manifestação de prazeres, sociabilidade e desejos de uma sociedade. A crescente utilização de dispositivos tecnológicos no cotidiano torna a vigilância infiltrada em diversos campos da vida para que o sujeito otimize sua performance. Todos os indivíduos se empenham em serem e serem vistos, ou seja, além de exporem o seu cotidiano, seus interesses, ações e relações pessoais, eles também verificam tudo o que está sendo exposto. Finalmente, a abrangência da vigilância contemporânea atua tanto através de modelos mais hierarquizados quanto como um modelo mais participativo. Este vai a par com a incitação à participação, é uma atividade ou estado de atenção que deve ser partilhado por todos de forma descentralizada e personalizada para cada um dos indivíduos para dar continuidade ao fluxo de informações, como um estado de atenção do próprio indivíduo sobre o outro, a cidade e o mundo. Neste aspecto, pode-se perceber que a vigilância não é uma evolução ou extensão daquela vigente outrora

em um modelo panóptico, na verdade ela se transforma e se reconfigura perante uma realidade contemporânea que caracteriza os próprios sujeitos como vigilantes e vigiados.

Em contrapartida a uma restrição do espaço e normatização das ações dos indivíduos na modernidade, na sociedade de controle a disciplina é marcada pela dispersão espacial geográfica devido às tecnologias e a conexão que ela possibilita (Deleuze; 1992; Bruno; 2013). Sob esta perspectiva, entre uma sociedade e outra a disciplina não se restringe ou desaparece, mas se reestrutura de forma que seu caráter agora não é mais fixo e sim mutável. Não é mais necessário um espaço delimitado para que os sujeitos estabeleçam relações devido às tecnologias, que possuem total alcance na vida das pessoas em face à era globalizada. As tecnologias permitem que a comunicação quebre barreiras de espaço e tempo, por exemplo, um indivíduo que consegue enviar notícias e mensagens para alguém que está do outro lado do mundo em frações de segundos sem ter ao menos que sair do lugar. Para esta sociedade não é “positivo” manter os indivíduos confinados, pois assim eles consomem menos informações, interagem menos e apresentam menos produtos para monitorização. Não existem mais limites espaciais para que os indivíduos possam interagir uns com os outros como ocorria em um sistema disciplinar, em que os indivíduos possuíam hora e local certo para interagirem e se comunicarem. Logo, as disposições espaciais geográficas não impedem que o indivíduo transite entre diversas realidades, espaços e culturas diferentes, elas fazem o indivíduo entrar num fluxo contínuo de informações. Ficar confinado já não é mais uma opção para a manutenção do sistema capitalista neoliberal, pois não assegura o bom funcionamento de uma “perfeita sociedade”. A forma obsoleta em que se encontram os limites espaciais denotam como os espaços se tornam interpenetráveis disseminando o controle por toda a sociedade, pois o poder é cada vez mais indefinido.

Deleuze (1992), também investiga os dispositivos de tecnologias que possibilitam aos indivíduos transpassarem limites do tempo. Estes indivíduos transitam no tempo de forma fluída, como num fluxo contínuo. Essa falta de linearidade, tanto temporal como espacial, proporciona que as barreiras de tempo e espaço sejam quebradas por um mundo virtual que não exige um lugar delimitado pois tem um alcance global a todo tempo. Este controle não se dá mais em determinados

horários, como o de entrada e saída de um ambiente, de começo e fim de um compromisso a exemplo do ingresso e saída da fábrica e seus horários. Agora, esse controle se dá a partir da flutuação entre diversos locais ao mesmo tempo, pois existe espaço de interação em todo lugar e de maneira simultânea nas conexões tecnológicas informatizadas, visto que estas possibilitam aos indivíduos tornarem-se onipresentes (estão em todos os lugares através de acesso à tecnologia portátil de alcance comunicativo mundial), onipotentes (possuem o poder ilimitado, tanto comunicativo, tanto econômico), e oniscientes (possuem ciência de tudo, pois as tecnologias alcançam todos os lugares do mundo e dão acesso irrestrito aos usuários).

Diferentemente da forma como se iniciava e finalizava um ciclo na modernidade, em que o tempo era esquadrihado e o espaço era bem delimitado, na contemporaneidade trata-se de não se terminar nada, onde o tempo não limita as ações e muito menos o espaço. Os sujeitos, neste âmbito, são móveis e flexíveis, transitam entre diversas realidades nos mundos virtuais onde nenhum ciclo se finda. A ideia cíclica de vida, de começo meio e fim, vigente outrora se finda para dar lugar a ideia de nunca se terminar nada, nem mesmo a produção contínua do fluxo de informações.

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar nada (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal” (DELEUZE; 1999: 222).

A sociedade de controle, no entanto, não pode ser pensada sem levarmos em conta os meios de comunicação. Os arranjos sutis de controle podem ser percebidos através dos padrões lançados na mídia, nos quais produzem um estado de felicidade a ser seguido pela massa populacional de acordo com Deleuze (1992). Para o autor, existem modelos de sucesso e de beleza apresentados como mapas cognitivos, que são seguidos pelos sujeitos a fim de alcançar os modelos desejados, bem como buscar satisfação de suas necessidades internas de felicidade por meio do consumo. A comunicação auxilia na perpetuação desses padrões, ou seja, as mídias propagam fórmulas de sucesso que despertam necessidades e desejos perante elas. As comunicações geram um fluxo de informações a ser

inspecionado e analisado. As informações obtidas podem ser utilizadas para direcionar as ações dos indivíduos para a manutenção de um determinado mercado consumidor, por exemplo o marketing, que possui meios de análise como estatísticas de aumento de consumo, perfis do consumidor e características geradas por um banco de dados. Os meios de comunicação permitem exercer um controle sobre o mercado consumidor, bem como denotam influências nos modos de se relacionar entre os sujeitos. Assim, um dos pilares da sociedade de controle se estabelece através do mercado capitalista, e as fábricas que davam sustento à sociedade moderna hoje dão lugar às empresas frente a globalização.

A megainstituição que garantia a eficácia e o sentido de todas as demais, inclusive a escola, costumava ser o Estado. Agora que sua soberania se dissolve na liquidez do capital e dos fluxos informativos, qual terá sido a entidade que assumiu esse poder ante o declínio dessa? Uma possível resposta é quase evidente: o mercado, ou melhor, certa “ética empresarial” conjugada com o “espírito do consumismo (SIBILIA;2012:100).

Nem mesmo o modelo de infância concebido na modernidade escapa das modificações estruturais da sociedade. A criança moderna era educada e criada para se tornar um bom cidadão de acordo com uma rigidez disciplinar, ela se “constituía algo que ainda não é, mas que depois será”, como investiga Sibilia (2012:109). A criação se pautava para o futuro, onde o presente apenas tinha importância pelo seu caráter formativo e modelador, em que o Estado estava preocupado no modo como as instituições lidariam com as crianças. Em contrapartida, o contemporâneo modifica a infância através das tecnologias e dispositivos midiáticos que estão presentes desde cedo na vida de todos, de forma a incitar a participação das crianças na produção de informações, e no consumo, dotando um caráter fluído e volátil nos modos de ser dos indivíduos. As crianças, que possuíam uma dependência de seus pais e seus mestres, se reconstituem em seres dotados de certa independência quanto à suas escolhas, principalmente no que se relaciona com o consumo, e por tanto, demandam que o mercado midiático produza material que foque suas ações para o público infantil. Assim, a criança desde cedo encontra experiências no mercado e no consumo, gerando um poder de produzir e consumir informações em que o mercado deve adaptar-se cativando os potenciais consumidores e aprendendo com eles. Sibilia (2012) também afirma que o conceito de infância talvez esteja se modificando de novo frente às novas subjetividades midiáticas, que colocam

a criança como potenciais consumidores da atualidade, não mais denotam aquele caráter inocente e dependente, agora as crianças são cada vez mais encaradas como capazes de opinar, decidir, escolher e consumir. Neste âmbito, a criança é bombardeada de informações e propagandas midiáticas que incitam a adoção de certas características nas crianças contemporâneas, como por exemplo o consumismo. Crianças e adultos são colocados em um mesmo patamar de vulnerabilidade ao marketing e ao consumo. Todos eles possuem igual potencial consumidor, ações publicitárias não os diferem quando querem vender seus produtos, apenas direcionam quais são mais cabíveis a cada amostragem de indivíduos, e nem mesmo a faixa etária é uma característica que os diferem, todos os produtos direcionados exclusivamente às crianças se dissipam para produtos que todos possam acessar. Quando a criança adquire esse potencial para a manutenção capitalista, ela adquire também um importante papel para o futuro, de modo que diferentemente da modernidade que a infância era uma promessa de um futuro, agora ela torna-se protagonista nos fluxos de controle e produção de subjetividades como afirma Sibilia (2012).

Nesta perspectiva, pode-se perceber como a globalização, as tecnologias, e o mercado consumidor modificaram a estrutura rígida existente na modernidade dotando fluidez e continuidade nas relações e produções dos indivíduos, tornando as instituições que davam pilar ao Estado obsoletas, ou seja, o modo como produziam subjetividades não comportam mais os indivíduos e suas necessidades do século XXI. A diferenciação dos modos de ser e estar no mundo do sujeito contemporâneo não se harmonizam com as demandas da sociedade disciplinar, tornando suas práticas e métodos muito difíceis de serem seguidas. Logo, pensar na sociedade de controle e como se dá sua realidade é necessário para entender a sua lógica de operação e adaptar-se a esse novo contexto. Como afirma Deleuze (1992) “não basta temer ou esperar, mas buscar novas armas”.

6 CAPÍTULO IV – A ESCOLA CONTEMPORÂNEA E AS NOVAS FORMAS DE PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE.

Neste capítulo pretendo descrever o paradoxo da escola contemporânea: por um lado ela mantém estruturas bastante disciplinares e incompatíveis com as novas produções de subjetividades, perpetuando uma educação que não atende as demandas contemporâneas de sujeitos velozes, atentos, participativos e conectados. Por outro lado, ela se atualiza e incorpora a cultura do desempenho, vigilância distribuída, performance, e dos empresários de si mesmos.

A escola apresenta certos tipos de incompatibilidade com os modos de ser contemporâneo. Em meio às novas tecnologias, globalização e dispositivos tecnológicos, encontram-se na contemporaneidade jovens cada vez mais conectados às redes informatizadas, dispersos, comunicando-se permanentemente e “entretidos” a todo o momento. Logo, uma nova produção de subjetividade vem se constituindo a partir dos processos contemporâneos. Muitas escolas parecem não acompanhar esse processo de metamorfose e adotam em suas práticas disciplinas compatíveis com a modernidade. Percebe-se até hoje nas características de muitas escolas que elas mantêm muitos traços da estrutura disciplinar, que regula e organiza seus indivíduos através de um rigoroso confinamento. A subjetividade encontrada no universo escolar é trabalhada de uma forma que as crianças não estão acostumadas, pois ao contrário do que ocorre atualmente nos tempos de dispersão, ela exige uma pausa dos excessos de estímulos, concentração direcionada e reflexão.

Como aponta Deleuze (1992), as escolas teriam entrado em crise semelhante a outras instituições como os hospitais, as prisões, os manicômios e outros. Elas entram em crise porque, em parte, foram conquistas de indivíduos que reivindicaram a libertação dos sistemas disciplinares durante algum tempo, e em parte pois o sistema disciplinar também se encontra em meio à crise. Entretanto, ainda encontramos muitas instituições escolares operando através das disciplinas, e atuando de acordo com práticas pedagógicas vigentes na modernidade.

Na modernidade, a disciplina era interiorizada de forma inquestionável, era reforçada nas instituições familiares, escolares e se perpetuavam pelas demais instituições percorridas ao longo da vida, dessa maneira as normas e sanções eram

extremamente respeitadas e obedecidas. A escola exigia dos sujeitos uma certa subordinação para que as disciplinas mantivessem uma boa engrenagem quanto ao seu funcionamento, por isso produzia corpos dóceis, submissos, úteis e confinados. As tecnologias e o fluxo de informações que permitem denotam a necessidade de produção de outras subjetividades, pois como investiga Sibilia (2012:57) ao se tornarem produtores de informações e participantes de um fluxo “tanto as subjetividades como os corpos contemporâneos se tornam transparentes, decodificáveis e talvez até mesmo reprogramáveis”. Neste mesmo estudo, não se pode dizer que as disciplinas tenham se extinguido, ou mesmo que não haja mais vez para algumas instituições como a família, escola, religião ou para o trabalho, elas se reestruturam de forma que não são mais impostas. Os sujeitos possuem certa uma liberdade de escolha sobre o que querem e o que gostam, afinal esse é o modo como se mantêm em um fluxo de informações e formam diversas amostragens. Dessa forma, as opções de escolha sobre cada setor da vida se expandem, e a ampliação deste leque torna os indivíduos dispersos em meio à tantas escolhas. A dispersão é uma característica incompatível com as rígidas disciplinas, pois o sujeito deveria estar atento e focado para internalizar o conhecimento ou adquirir informações. Assim, em meio à corpos dispersos e flexíveis, caem por terra os moldes disciplinares contidos em diversas instituições escolares devido a sua demanda por corpos dóceis, fixos e vigiados e verifica-se uma demanda por personalidades performáticas e competitivas.

Assim, numa sociedade fortemente midiaticizada, fascinada pela incitação à visibilidade e instada a adotar com rapidez os mais surpreendentes avanços tecnocientíficos, em meio aos vertiginosos processos de globalização de todos os mercados, entra em colapso a subjetividade interiorizada que habitava o espírito do “homem-máquina”, isto é, aquele modo de ser trabalhosamente configurado nas salas de aula e nos lares durante os dois séculos anteriores (SIBILIA; 2012:49).

Frente à contemporaneidade, no que tange a educação, algumas questões demonstram que a estrutura disciplinar da escola não está mais azeitada, encaixada, concatenada. Os rigores das instituições escolares que abrangem a aprendizagem passiva, regulamentos rígidos, horários e locais de habitações fixos e vigiados, exame e normatizações, não condizem com as subjetividades midiáticas. Traços como indisciplina generalizada e evasão escolar são traços de rebeldia dos sujeitos que

buscam se libertar das normas e sanções disciplinares, e assim possuem “liberdade” de suas ações. Paradoxalmente pode-se perceber que os jovens reivindicam não mais se submeterem à disciplina, mas por próprio consentimento em grande parte acabam caindo nas garras do controle de acordo com a análise de Deleuze (1999). As subjetividades dos jovens são compatíveis com as mídias, com o marketing, com o capitalismo neoliberal, com o consumo e o entretenimento, assim, demandam outra formação e outras alternativas para a aquisição do conhecimento.

Uma das grandes engrenagens que perpetuavam a ordem do Estado moderno foi a Lei, atribuída como um conjunto de normas claras sobre o que era ou não permitido ao sujeito, de modo que fosse sancionada através de uma marca impessoal, para todas e à todas instituições. A escola nesse sentido também se voltava para um projeto hegemônico, de saberes e formação dos educandos, que era imposto. Estudos de Sibilía (2012:96) apontam que na contemporaneidade ocorre a flexibilização das normas nas diversas instituições, inclusive as familiares, tornando-as questionáveis e passíveis de negociação, em que as crianças se contesta por que devem obedecer aos pais se os seus desejos são contrários a obediência? A flexibilização das leis acarreta uma constante negociação, possibilitando o questionamento das autoridades como por exemplo a do professor. O professor, neste âmbito, também passa a não ser mais detentor de todos os saberes, nem tampouco capaz de depositá-los nos alunos, agora sua opinião se constitui de uma entre muitas possibilidades a serem aprendidas onde o aluno escolhe ou não os adquirir. O imprescindível respeito à hierarquia superior do professor, que era um dos pilares fundamentais da estrutura disciplinar, passa a ser questionada perante as possibilidades de negociação e escolha na aquisição de informações. Verifica-se então o poder de escolha e manifestação das crianças, não mais vistas como frágeis, em formação para o futuro e infantilizadas, mas sim como seres completos, potenciais consumidores, capazes de emitir diversas opiniões. Frente a um novo olhar sobre a infância, suas necessidades e possibilidades de escolha, cabe dizer que as crianças passam a ser mais escutadas e respeitadas pelos adultos, e muitas decisões familiares se estabelecem pela opinião das crianças. Percebe-se também que as leis não transpassam mais todas as instituições de forma inquestionável como outrora, ela agora é construída de acordo com as necessidades individuais, podendo ser

modificada em cada âmbito institucional perante alguns questionamentos e análises. Como afirma Sibilia:

Nada parece estar assegurado por definição prévia ou por institucionalidade transcendente, nem mesmo os laços familiares ou a autoridade do professor: agora tudo tem que ser construído como fruto de escolhas individuais ou grupais, sempre transitórias, num esforço constante de elaboração e manutenção dos vínculos. Fazer o correto ou o incorreto já não depende tanto do ditame de um código universal — a lei, injetada nas consciências com disciplina e culpa — mas dos desejos, da responsabilidade, dos recursos e da iniciativa de cada um, assim como da negociação permanente com os demais (SIBILIA; 2012:96).

Verifica-se então que as práticas disciplinares modernas se encontram insustentáveis, visto que as normas que a organizam são questionadas e postas em escanteio. Isso não significa que elas necessariamente estão se extinguindo, mas sim se reestruturando. As possibilidades de controle são muito mais perigosas como afirma Deleuze (1992:221): “os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira”. As novas regras estipuladas possuem a capacidade de serem constantemente reformuladas, mas isso não garante que estejam postas em igualdade para todos. Ela se reformula de acordo com necessidades, recursos e negociações.

Outra questão importante a ser abordada é a questão da evasão escolar. Os mecanismos disciplinares tornam a escola muito desinteressante para os jovens e suas subjetividades midiáticas e tecnológicas. Com as informações acessíveis a todos e em todo o momento, o conteúdo passado dentro das escolas também pode ser adquirido fora delas, logo se submeter a um regime civilizatório e disciplinar não se torna mais interessante visto que o conhecimento e seu acesso teoricamente está disposto a todos. Os interesses do Estado e do jovem se divergem e uma ação ainda não foi encontrada para que o problema seja solucionado. Sibilia (2012:65) afirma que o principal motivo para o abandono escolar é a falta de interesse dos jovens, principalmente no que diz respeito ao ensino médio. A exclusão dos dispositivos tecnológicos da realidade escolar, se dá devido as suas incompatibilidades com as normas de confinamento, introspecção, atenção, delimitação de tempo e espaço.

De fato, cabe refletir sobre o modo como as práticas de ensino e aprendizagem são adotadas nas instituições escolares. A predominância da cultura letrada pode ser verificada nesses processos, bem como a predominância de outros tipos de linguagem no cotidiano atual, como por exemplo a linguagem audiovisual. A proposta de letramento, em uma cultura pautada pela oralidade e a escrita, sustentou a instituição escolar durante muito tempo. Essa proposta era vista como um horizonte de realização, o objetivo geral dos planejamentos educacionais. Dentro dessa perspectiva, o processo de apropriação do conhecimento se dava de uma forma bastante reflexiva que requeria muita atenção dos estudantes. Para que o conteúdo fosse absorvido, as crianças precisavam parar, ler, entender, refletir, processar, internalizar, estruturar, escrever, externar. Este processo leva tempo, pois refletir é nada mais do que pausar os acontecimentos ao redor e se atentar para o que precisa ser entendido, é direcionar o olhar para si. É necessário que haja uma desaceleração das ações cotidianas para que o sujeito direcione sua atenção para aquilo que precisa ser absorvido frente a um texto, sendo estes, hábitos que a atualidade nos obriga a abandonar.

Estudos de Sibilía (2012) também apontam para os processos culturais que com os avanços tecnológicos foram se renovando, de forma que as ações realizadas pelos “nativos digitais” começaram a serem exploradas de outra maneira, desencadeando uma profunda transformação da linguagem, dos meios de comunicação e expressão. Em um mundo onde tudo está conectado, onde a relação entre tempo e espaço já não é mais uma barreira, as comunicações se estreitaram e deram lugar a um novo meio de interação, permeado pelos os hipertextos e a multitarefa. Essa interação em tempo real seduziu a sociedade contemporânea, obrigando-a a readaptar-se aos novos meios de comunicações. Uma linguagem audiovisual se instala no pensamento e modos de agir dos sujeitos devido às redes informatizadas. Neste âmbito a escola vai aos poucos perdendo o sentido para seus freqüentadores porque também não acompanhou a nova forma de linguagem e pensamento da era contemporânea, acarretando assim a evasão escolar. O desinteresse dos alunos é extremo, pois eles não assimilam aquele conteúdo a algo concreto do cotidiano, veem uma grande segmentação entre as práticas do dia a dia e o currículo que devem cumprir dentro dos parâmetros escolares. A escola não acompanhou esse processo muito bem, pois a cultura letrada foi gradativamente

desvalorizada em meio a novas produções de subjetividades, sendo encarada como mera ferramenta para a prática de operações básicas do cotidiano. O indivíduo que antes se empenhava tanto em dominar a arte da escrita, compreender e ressignificar para seu próprio entendimento a simbologia dos signos, hoje deve também otimizar seu tempo. Assim, realizar várias ações em simultâneo se torna algo totalmente corriqueiro e usual, algo que tempos atrás seria visto como “falta de atenção e foco” nas atividades empenhadas.

Esse não é o único problema que permeia a instituição escolar. Os professores se veem em meio a um grande ponto negativo que ele não consegue resolver de forma direta. Eles estão presos a um currículo que devem seguir na íntegra elaborado em cima de uma cultura disciplinar e letrada, onde os estudantes são constantemente preparados para avaliações seriadas generalizadas que irá qualificá-los sendo aptos ou não a continuarem estudando ou adotarem certo tipo de carreira para si. Professores acabam sendo desvalorizados pelos alunos, por não conseguirem atender a demanda dessa nova era, e são desvalorizados também pelos seus superiores, pois não conseguem tornar a escola atrativa para seus alunos. Pode-se identificar a falta de preparo dos professores quando se trata do novo cenário que pauta a educação, bem como o despreparo perante o diagnóstico da falta de interesse dos estudantes. Neste âmbito, refletir sobre como o sujeito se apropria do conhecimento diante dessa nova realidade se faz necessário, pois “é pensando criticamente na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE; 1996:22). Inserir a imagem como forma de comunicação dentro do ensino escolar talvez seja uma solução a ser estudada. De acordo com os estudos de Sibilia (2012:70): “a leitura e a escrita se transformam na era da informação, mudando de estatuto ao se desviarem do ambicioso salvacionismo civilizador, de tom universalista, para focalizarem na instrumentalidade utilitária mais pontual do tipo empresarial”.

Os meios de verificação de aprendizagem na era contemporânea também devem ser revistos, já que a era da globalização possibilita o acesso a informações prontamente em veículos como a internet, gerando cópias de materiais já existentes ao invés de produções acadêmicas próprias. “O ato de copiar e colar material da internet se generalizou” (SIBILIA; 2012:71). Na verdade, este ato é devido a esperteza do aluno em utilizar os recursos a ele oferecidos, a internet e os mais diversos sites de mecanismos de pesquisa, como o Google, e o professor que deveria

se adaptar à essa nova realidade e elaborar tarefas que façam com que o aluno obrigatoriamente reflita sobre o que lhe é questionado, não dando possibilidades a cópias. Tornar os sujeitos críticos exige reflexão sobre o que lhes é apresentado, logo, gerar perguntas e questionamentos sobre a realidade que os cercam é necessário.

Como fruto desses processos, a escola está vivenciando um momento de crise de sua instituição, assim como o seu pilar: o Estado, pois de acordo com Sibilia (2012:93) “extingiram-se as condições que permitiam produzir aquele tipo de subjetividade moderna que se poderia adjectivar de estatal, cidadã, pedagógica, institucional, disciplinada e introdigitada”. Em meio às novas tecnologias, globalização e novos tipos de maquinaria encontram-se na contemporaneidade jovens cada vez mais conectados às redes informatizadas, onde se comunicam e estão entretidos a todo o momento. A subjetividade encontrada no universo escolar é trabalhada de uma forma que as crianças não estão acostumadas, pois ao contrário do que ocorre atualmente nos tempos de dispersão, ela exige uma pausa dos excessos de estímulos, concentração direcionada e reflexão. Logo, uma nova produção de subjetividade vem sendo apresentada pela nova era de tecnologias e algumas escolas tentam deixar as estruturas disciplinares e adotar estruturas que permitam aos corpos sejam prestadores de serviços em semelhança às empresas, promovendo características como a dispersão, a busca por capacitação e aprimoramento.

A megainstituição que garantia a eficácia e o sentido de todas as demais, inclusive a escola, costumava ser o Estado. Agora que sua soberania se dissolve na liquidez do capital e dos fluxos informativos, qual terá sido a entidade que assumiu esse poder ante o declínio dessa? Uma possível resposta é quase evidente: o mercado, ou melhor, certa “ética empresarial” conjugada com o “espírito do consumismo” (SIBILIA; 2012:94).

No século XXI, os sujeitos possuem outros meios de produzir subjetividades, visto que já nasceram em meio à uma era globalizada e tecnológica. A criatividade e o prazer são atributos valorizados em qualquer meio da sociedade, por tanto despertam outras necessidades em relação à modernidade, ou seja, as subjetividades contemporâneas são produzidas através de sujeitos motivados, com perfil empreendedor, de livre iniciativa e pró atividade, flexíveis e excitados diferentemente do homem-máquina, fixo e vigiado produzido até o século XX. Estes modos de ser e estar no mundo, como investiga Sibilia (2012:48), propagam valores

e modelos a seguir, como a autoestima elevada, a aparência de corpos jovens e exercitados, o prazer constante, cultivando uma cultura do sucesso imediato, da realização pessoal e a satisfação instantânea. Um homem bem sucedido é assim denominado pela sua capacidade individual de administrar os atributos citados anteriormente, de modo a recriá-los através de sua iniciativa, produzindo sempre uma imagem de si mesmo e assim, se promovendo. A demanda empresarial por tanto, exige corpos dotados de tais atributos, fazendo com que os sujeitos procurem esse tipo de formação para si.

Cada vez mais os indivíduos buscam capacitação para estarem aptos a exercerem determinadas atividades, tanto econômicas, quanto sociais. Operar máquinas já não é o suficiente e as pessoas procuram investir seu tempo e seu poder aquisitivo em capacitações pessoais para aprimorar-se a nível intelectual. Isso implica em uma mudança da procura, e conseqüentemente da oferta, da educação, modificando assim sua estrutura e sua finalidade. A educação, nesse sentido, se torna mais uma “mercadoria” a ser consumida. “Muitas escolas deixaram de agir como aparelhos disciplinares, dedicados a produzir um tipo peculiar de corpos e modos de ser, para se tornarem uma espécie de empresa cujo fim consiste em prestar um serviço” (SIBILIA; 2012:93). Ela não faz mais sentido quando é realizada da forma disciplinar como era feita nas instituições modernas, visto que as estruturas disciplinares não são mais uma realidade cotidiana da sociedade. Ela passa por uma reestruturação pois os indivíduos não buscam mais um emprego em alguma fábrica, agora buscam capacitação para poder empreenderem e gerarem um meio de sustento próprio, quanto mais acumulação de habilidades, informação e conhecimento, ou seja, capital humano, mais possibilidades econômicas ele terá.

Quando o jovem deixa de ser aluno por excelência e se converte, antes de mais nada, num usuário dos meios de comunicação e num consumidor mais ativo que muitos adultos, constata-se uma obviedade que não deveria sê-lo: a lógica do mercado se generalizou. Nessas circunstâncias, não parece restar à escola outro remédio senão entrar no jogo como a única coisa que ela poderia ser: um produto entre inúmeros outros, que deve competir para captar a atenção de seus clientes potenciais caso queira conquistar adeptos e subsistir (IDEM; IBIDEM:66).

Logo, analisar como operam a economia e o mercado empresarial, bem como estes pilares influem na educação é necessário para que seja possível identificar quais as demandas educacionais perante a formação dos indivíduos, bem como a maneira que a educação vai interferir e modificar a realidade em que a sociedade se encontra. De acordo com Freire “não é possível à escola, se, na verdade, engajada na formação, de educandos educadores, alhear-se das condições sociais culturais, econômicas de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos” (FREIRE; 1996:37). Alguns aspectos importantes devem ser levados em consideração quando se faz uma análise da estrutura econômica e social da sociedade, como por exemplo o capitalismo neoliberal investigado por Gadelha (2009) e suas respectivas demandas e modos de operar. Ele aborda sobre a ideia de capital humano, sobre a introdução da necessidade dessa aquisição nas crianças, em que esse modo de produção perpetua uma nova forma de economia da sociedade. O novo capitalismo neoliberal procura potencializar os indivíduos frente à uma lógica empresarial contemporânea, o modelo industrial de vendas agora não é apenas de produtos como também de serviços. Assim, os indivíduos transformam-se de sujeito de direitos para indivíduos microempresa, em que suas identidades são produzidas através de normas econômicas-empresariais, dotando-se na maioria das vezes os seguintes atributos:

Pró ativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade, com notável capacidade de provocar mudanças. Migrando do mercado - das novas teorias econômicas, de administração e das grandes corporações empresariais (ethos empresarial) - para toda a sociedade (Gadelha; 2009:181).

De acordo com Gadelha (2009:176), os indivíduos não mais se concentravam em estudos sobre os mecanismos de produção, mas sim em conhecimento para adquirir aptidões e desenvolverem a si mesmos, o próprio capital humano. Cada vez mais é exigido que os indivíduos se apropriem das tecnologias disponíveis com perícia, não somente para aprenderem como operá-las, mas também para utilizá-las em prol da busca por conhecimento. No contexto atual não basta apenas o conhecimento sobre como operar máquinas e fazê-las produzirem para gerarem um produto final como na modernidade. Agora a necessidade é a de uma constante capacitação individual para a aquisição de certas habilidades, e assim

utilizá-las para a compra e venda, de informações e de produtos. As tecnologias neste âmbito não representam a base de produção, mas ferramentas para que os homens utilizem suas expertises para produzirem. Na perspectiva de Gadelha (2009) as competências necessárias para se executar um trabalho passam não só a ser uma fonte de renda, como nas fábricas, mas adquirem valor de troca quando traduzidas em venda de serviços. Pode-se pensar então que o capital gira também em torno do valor “humano”, do capital humano, tornando-o passíveis de grandes investimentos. Tais investimentos podem se estender pelo resto da vida do sujeito, traduzindo os atributos adquiridos como índices de rendimento e produtividade

Pois, sob a sua ótica, as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo - ou que retornem, a médio e/ou longo prazo, em seu benefício - e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (GADELHA; 2009:177).

Pode-se pensar que as pessoas agora não devem apenas buscar formar-se em instituições e adquirirem certificado, mas sim devem aprimorar suas competências e racionalidade interna, utilizada e explorada como forma de oferecer um serviço, fazendo com que ele não cesse a busca por aquisição do conhecimento. Percebe-se aí um traço das mecânicas de poder do controle, onde não se termina nada. É imprescindível certos atributos e conhecimentos para a manutenção da vida em sociedade, logo o indivíduo busca adquiri-lo como forma de se sobressair e se aprimorar, visto que seu desempenho depende de si mesmo. A partir desta análise pode-se relacionar o conceito de capital humano estudado por Gadelha (2009), proposto pela Escola de Chicago nos EUA da seguinte forma:

E é justamente por isso que a economia, desde então, já não mais se resume à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano (GADELHA; 2009:177).

A acumulação de capital tornou-se uma busca incessante dos sujeitos contemporâneos, gerando demandas para a reestruturação de algumas escolas contemporâneas. Elas adotam como objetivo a produção de capital humano, ou seja, os indivíduos são treinados a gerarem seus próprios índices de produtividade e capital humano, tanto por notas e colocações em provas quanto por qualificações externas, por cursos, especializações e afins. Os jovens já supõem que precisam produzir e gerenciar o conhecimento para poder estarem aptos a ingressarem em um mercado competitivo. Essa competitividade vem desde a infância, e se perpetua ao longo de sua vida. Um ponto a se ressaltar nesta lógica é a de que, neste contexto, os sujeitos buscarão sempre competir entre si para verificar quem possui mais capital humano e poderá demonstrar mais atributos e capacidades. Assim a cooperação entre os semelhantes se torna escassa, pois o modo de verificação de aptidão individual é através da capacidade de cada um, nesta lógica, as pessoas questionam como podem ajudar o próximo com seus conhecimentos se esse mesmo conhecimento é objeto de vantagem perante a um trabalho? O conhecimento adquire característica de um bem de consumo utilizado individualmente, para benefício próprio.

Os indivíduos e as coletividades são cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo progresso se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade. E são avaliados de acordo com os investimentos que são permanentemente induzidos a fazer para valorizarem-se como micro-empresas num mercado cada vez mais competitivo (GADELHA; 2009:181).

O saber não é algo pronto que pode ser transferido e depositado no aluno. A proposta de Freire (1996) é de que “ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a construção”. O conhecimento deve ser elaborado de forma coletiva, possibilitando assim a interação de diversos pontos de vista. A interação e compartilhamento de conhecimentos, neste âmbito, possibilita uma educação cooperativa, que integra todos os indivíduos e os considera como únicos, individuais, insubstituíveis, cada qual com sua contribuição para o meio em que está inserido. Se todos puderem ser agentes na construção do conhecimento uma sociedade crítica, participativa, reflexiva pode ser construída, integrando inclusive processos de produção de subjetividades compatíveis com a contemporaneidade.

A educação que busca formar indivíduos cooperativos e prestativos pode entrar em colapso frente a esta nova realidade, em que as pessoas buscam na educação uma forma competitiva de se aprimorar, muitas vezes com base em objetivos puramente capitalistas. Segundo investigação de Gadelha (2009:181): "a iniciativa individual e o processo de aprender a aprender são muito mais enfatizados do que o trabalho em equipe e o ensino, e devem voltar-se, sobretudo, para a inovação". Esta realidade acarreta em uma sociedade extremamente individualista, sem empatia e que não se preocupa com o outro e com o meio em que vivem além de si mesmos. A competição é amplamente incentivada desde o ingresso na escola com vários jogos e falas de professores que incentivam quem é o melhor, quem faz primeiro, quem faz mais bonito, etc. Ao decorrer dos anos os indivíduos são incentivados a estudar mais, pois os "melhores", ou seja, com maiores notas serão aqueles que terão a possibilidade de ingressar em um nível superior e se especializarem mais, gerarem mais capital humano. Percebe-se então que valores básicos como o de cooperação, cuidado com o meio ambiente e amor ao próximo são colocados em segundo plano, e até mesmo excluídos, das práticas de ensino, pois a lógica capitalista vigente não valora tanto estes atributos quanto os outros anteriormente citados.

Como propõe Gadelha (2009), a estrutura política dessa sociedade faz com que o gerenciamento da educação seja o de perpetuação da lógica do sujeito como empresário-de-si mesmo, buscando sempre gerenciar suas aptidões para se associar aos padrões exigidos socialmente. Formar indivíduos para serem empreendedores de si mesmos faz com que as práticas pedagógicas nas instituições escolares desenvolvam o indivíduo para aprimorar suas competências e não para produzirem conhecimento para melhorar o mundo em que vivem. Em face da importância do capital humano nesta sociedade, as crianças já são treinadas para desenvolverem seu potencial ao máximo, estarem sempre em busca de serem melhores, mais inteligentes, possuírem mais formações, empenharem cada vez mais seus esforços, são treinados para nunca estarem satisfeitos, sempre buscando algo mais. Logo, as crianças já são automaticamente inseridas neste padrão, pois a sua formação já está voltada para o desenvolvimento de capital humano, e da característica dos sujeitos empresários de si mesmo. Treinando o indivíduo desde cedo para perpetuar esse padrão social é mais fácil de exercer um controle posterior

sobre elas. Impondo um ideal de consumo, seja de capital humano, seja de bens materiais, o ser humano fica refém de padrões e a educação servirá para mais uma vez, padronizar o indivíduo, que a utiliza como mercadoria para aquisição de capital humano, ela se perpetua como mais um mecanismo de controle.

[...]trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (management), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, marketing, branding, literatura de autoajuda etc. Esses processos e políticas de subjetivação, traduzindo um movimento mais amplo e estratégico que faz dos princípios econômicos (de mercado) os princípios normativos de toda a sociedade, por sua vez, transformam o que seria uma sociedade de consumo numa sociedade de empresa (sociedade empresarial, ou de serviços). (Gadelha; 2009:178).

Esta forma de educação influencia a economia de forma direta, pois os anseios do indivíduo serão o de serem melhores, com mais capital humano acumulado, então aquele que consegue gerenciar melhor a si e suas competências conseguirá prosperar mais do que aqueles que não conseguem tal feito. Os indivíduos mais capacitados oferecem seus serviços da melhor maneira possível, e seu objetivos se confundem com os objetivos da sociedade como um todo, os anseios deles são os de atingirem o maior capital humano possível para se sentirem satisfeitos, e o da sociedade é de possuir mais capital humano ofertado para a sua manutenção. Para a economia quanto maior capital humano individual melhor o mercado produtivo e mais movimentação econômica, mais oferta e mais demanda.

Pode-se perceber a partir deste pensamento, que não é mais o governo/Estado o principal a estabelecer padrões para a vida do indivíduo, e sim a economia de mercado. O modo de consumo, e a produção de capital, tanto humano quanto financeiro, realça os objetivos a serem alcançados pelos diversos setores sociais, como a educação, que molda os indivíduos de acordo com a necessidade do mercado. Essa educação que antes moldava de forma disciplinar, hoje tem por objetivo em suas práticas o de formar indivíduos capazes de gerenciar suas próprias

competências, que são extremamente competidores e que dependem apenas de si mesmos para seu autossustento, tirando as obrigações do governo e distribuindo entre os próprios indivíduos da sociedade.

Fazendo uma reflexão histórica sobre os sujeitos modernos, verifica-se que eles buscaram uma liberdade do aprisionamento disciplinar, não sem grandes reivindicações. Para se desvencilhar da lógica disciplinar destruíam as barreiras que delimitavam o confinamento, como por exemplo os muros. O espaço externo foi reivindicado para que os sujeitos obtivessem mais liberdade quanto a suas ações, mais espaços de lazer e possibilidades de manifestar suas escolhas. Em contrapartida surge em meio a mudanças econômicas, globalizadas e tecnológicas outros tipos de poder, que não cessam a controlar os indivíduos em suas esferas mais íntimas. Sibilia (2012:199) afirma: “fugir do controle em que estamos “enredados” e sobreviver à saturação por hiperconexão parece bem mais difícil, talvez por se tratar de nossa própria batalha e por nela estar em jogo nada menos que nossas vidas”, as pessoas não se imaginam mais seu cotidiano sem os seus dispositivos, pois as subjetividades contemporâneas estão entrelaçadas de modo visceral com as tecnologias.

A realidade humana está em constante mudança, logo a educação e processos de aprendizados também se modificam ao longo da história, e para que os alunos não se tornem sujeitos passivos perante o controle social eles devem aprender a analisar criticamente as informações. Para entender o contexto educacional e elaborar práticas pedagógicas que façam sentido para os educandos deve-se analisar sob um olhar atento as questões que permeiam a sociedade. A sociedade moderna se reestruturou de acordo com as mudanças econômicas, de consumo, de comunicação, tecnológicas e de controle. A escola que foi instaurada sob uma sociedade moderna encontra-se em crise, pois a sua estrutura disciplinar é incompatível com os novos tipos de subjetividades. A sociedade contemporânea possui outra demanda para a educação, a de formar pessoas velozes, atentas, participativas e excitadas, a fim de produzirem capital humano e serem empresárias de si mesmas.

Tendo em vista o mundo contemporâneo globalizado, em uma sociedade que não mais disciplina e sim controla, se faz presente a necessidade de repensar os padrões de ensino e mediação. A tendência é a direção ao diálogo entre

as práticas pedagógicas de sucesso até o momento e a criação de novas formas de mediar. Nesse contexto, a entrada na escola possibilita reflexões para os alunos de forma que relacionem o conhecimento do senso comum com a valorização de outros conhecimentos que visam à construção de cidadãos participantes e críticos. A aprendizagem sobre quem somos, sobre o outro e o mundo, conduzem nossos processos de identificação à certas preferências, dando manutenção ou não aos padrões de controle.

Também é importante destacar que o professor deve utilizar metodologias que façam o aluno interagir nas aulas e dessa maneira deixá-lo construir seus conceitos olhando sua realidade. Não basta somente possuir o conhecimento para se ensinar se o professor só possibilita seu acesso através de transmissão de conteúdo e avaliar suas práticas pela quantidade de conhecimento acumulados. As práticas pedagógicas devem buscar uma metodologia em que o aluno se sinta inserido no processo de ensino e aprendizagem, só então a qualidade deste ensino pode se qualificar como satisfatório. O papel do ensino parte principalmente da mediação docente, que deve possuir como objetivo promover o encontro dos conceitos científicos e cotidianos, possibilitando assim o desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, um papel relevante da educação é instrumentar alunos e professores envolvidos em diferenciados contextos de ensino aprendizagem. É necessário que compreendam que dispõem de saberes pautados em suas próprias experiências e na realidade na qual vivem, que, por sua vez, podem fundamentar a construção de novos conhecimentos e a formação de significados, gerando sujeitos críticos, participativos, ativos na construção do conhecimento e que podem modificar a realidade de controle social e de padrões de consumo.

As práticas pedagógicas e educativas devem levar em consideração a necessidade de identificação da realidade que circunda o sujeito, dessa maneira o educador deve estar em constante problematização com os alunos, fazendo-os questionar e perceber a realidade a sua volta, seus agentes condicionantes, e os instrumentos e instituições que a determinam. Para que o educador consiga levantar tais problematizações e questionamentos é sua tarefa transformar a si mesmo, de maneira a se tornar também crítico e questionador, possibilitando assim que seus educandos também se transformem e libertem sua consciência de modelações e

controles sociais que exercem poder sobre suas vidas sem o consentimento consciente de cada um.

É importante pensar como a educação se reorganiza em torno desses pilares para que esta seja capaz de tornar os sujeitos críticos e autônomos na construção do conhecimento. Os educandos também devem entender os mecanismos de poder por trás do controle por meio de sua exposição e estudo. Entender o interesse dos alunos e o modo como querem gerenciar o próprio conhecimento torna possível a sua construção de modo a expor tais mecanismos. Através de práticas pedagógicas que cativem os educandos é possível trazer consciência sobre a mecânica social que os cerca e torna-los cidadãos críticos, com possibilidades de modificarem a realidade na qual estão inseridos e perpetuarem uma sociedade melhor para o mundo.

Contra toda a força do discurso fatalista neoliberal, pragmático e reacionário, insisto hoje, sem desvios idealistas, na necessidade da conscientização. Ínsito na sua atualização. Na verdade, enquanto aprofundamento da "crise de consciência" do mundo, dos fatos, dos acontecimentos, a conscientização é exigência humana, é um dos caminhos para a posta em prática da curiosidade epistemológica (FREIRE; 1996:31).

A educação é concebida como mediadora de produção de significados e de construção da identidade do sujeito através da linguagem que utiliza e os diversos métodos de abordagem dos saberes. Ela fornece habilidades, formas de pensar, sentir e falar, e é influenciada pela economia, cultura e fatores sociais como afirma Freire (1996). Ela abrange também um processo onde há abertura para as novidades, as diferenças, para a discussão sobre temas relacionados ao passado, as atualidades e ao futuro, a fim de contribuir com o processo de desenvolvimento do indivíduo frente ao mundo. Estes fatores devem ser analisados sob um olhar atento e curioso para que os padrões de controle sociais não tornem as pessoas acríticas e passivas.

Conclui-se que a escola possui a real necessidade de se transformar no âmbito mais profundo de sua estrutura, fazendo com que ela adquira um papel de mediadora do conhecimento. Ou seja, ela não transfere seus saberes e os deposita nos educandos, mas ela o direciona em meio à infinitas possibilidades de informação e conhecimento inseridas na rede e no ciberespaço. Para que esse outro projeto de

educação seja perpetuado na sociedade é necessário que a escola tenha um bom planejamento no que diz respeito à uma reestruturação curricular, elaboração de novos parâmetros curriculares, tanto a médio como a longo prazo. Se analisarmos os modelos estruturais de diversas escolas atuais, tanto a escola moderna quanto a contemporânea, verificam-se que as políticas públicas, o currículo e os parâmetros são voltados para corpos incompatíveis com a subjetividade contemporânea. Então, pode-se pensar no aprofundamento desta pesquisa posteriormente, e refletir sobre a necessidade de se repensar o projeto da escola, qual seria sua função para a sociedade, sua contribuição, suas funções e que sociedade queremos construir.

7 CONCLUSÃO

Como afirma Gadotti (2000) é importante gerenciar os novos pilares da sociedade na educação, pois esse espaço permite inovações constantes no que tange à metodologias e práticas pedagógicas. A era tecnológica possibilitou várias transformações da sociedade, e dentre elas pode-se perceber a facilidade do acesso às informações e ao conhecimento, tornando-o supervalorizado no que diz respeito a formação de cada indivíduo. Assim, o conhecimento adquire caráter de capital humano na sociedade contemporânea, visto que todos precisam dele para operarem até mesmos as ações mais básicas do cotidiano. O conhecimento possui muita importância para que os indivíduos sobrevivam em meio a realidade que os cerca, logo é imprescindível que ele seja disponibilizado para todos. A educação do futuro deve focar-se em democratizar o acesso ao conhecimento de forma a não excluir ninguém de seus processos. As tecnologias não só revolucionaram os meios de comunicação como também revolucionaram o acesso ao conhecimento e, atualmente, há a possibilidade de acesso pelos alunos as diversas bibliotecas de diversos lugares do planeta fazendo repensarmos a importância da escola e seus docentes. Cabe refletir qual o papel que a educação adquire frente a essa facilidade ao acesso do conhecimento?

A educação e o acesso ao conhecimento não mais necessitam de um espaço físico delimitado, nem tampouco de um tempo determinado para acontecerem. As informações e o conhecimento estão dispostos permanentemente na rede para quem quiser acessá-los. Percebe-se então que novos espaços tecnológicos de conhecimento são dispostos para a sociedade, ampliando a facilidade do seu acesso e permitindo às pessoas estudarem em suas casas, no trabalho, na escola, ou seja, aprendizado pode ocorrer em qualquer tempo, em qualquer lugar, e à distância pelo acesso ao *ciberespaço*. Em contrapartida verifica-se que nem todos possuem o acesso às tecnologias e as informações contidas na rede. Isso faz com que seja questionada se o acesso à informação é realmente democrático a todos na contemporaneidade, remetendo à necessidade de repensar as políticas de acesso à tecnologias e informações e torna-las acessíveis a todos. Os novos modelos de aprendizagem devem não só utilizar as tecnologias em prol de suas práticas e da aquisição do conhecimento, mas também devem democratizar o conhecimento e as

formas de acessá-lo e repensar suas práticas para um aprendizado que faça refletir sobre a habitação de cada um no planeta. De acordo com Moacir Gadotti (2000), em seu artigo sobre “Perspectivas atuais da Educação”, um dos problemas que se pode verificar é a falta de políticas públicas no que tange a democratização do conhecimento, que possibilita a apropriação do mercado sobre ele, de modo a torná-lo um “instrumento de lucro e poder econômico”.

Cabe à escola do futuro tornar-se mediadora em meio a tantas informações, bem como perceber o conhecimento como múltiplas possibilidades para os indivíduos se desenvolverem, tornar-se cidadãos críticos, reflexivos, autônomos na construção de suas realidades, serem inventivos, criativos, e produtores de inovações. Uma possibilidade para a escola não cair nas garras do controle seria a de proporcionar um espaço onde o conhecimento possa ser construído de forma realmente democrática, sem excluir aqueles que possuem menos acesso à tecnologia e informação, incitar provocações, reflexões, e a curiosidade, pois como afirma Gadotti (2000): “inovar é mais importante do que reproduzir com qualidade o que existe”. Assim, se a escola conseguir se reestruturar de forma profunda, e totalmente inovadora seu futuro provavelmente estará garantido, caso contrário não se sabe ao certo seu destino.

Na sociedade da informação, a escola deve servir de *bússola* para navegar nesse mar do conhecimento, superando a visão utilitarista de só oferecer informações “úteis” para a competitividade, para obter resultados. Deve oferecer uma formação geral na direção de uma educação integral. O que significa servir de bússola? Significa orientar criticamente, sobretudo as crianças e jovens, na busca de uma informação que os faça crescer e não embrutecer (GADOTTI; 2000).

Sobre este parâmetro, cabem reflexões posteriores acerca das possíveis saídas diante dessa encruzilhada. Como se reinventar se libertando da disciplina e não caindo nas garras do controle? Provavelmente uma solução seria criar outros regimes em prol da integração do conhecimento do sujeito às demandas de um mundo bem melhor. Será possível?

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BENTHAM, Jeremy. *O Panóptico*. Org. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte. Autentica. 2000.

DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra. 1996.

GADELHA, Sylvio de Sousa – *Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Perspectivas Atuais da Educação*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392000000200002&script=sci_arttext&tlng=pt%C3%83%C6%92%C3%86%E2%80%99%C3%83%E2%80%A0%C3%A2%E2%82%AC%E2%84%A2%C3%83%C6%92%C3%86%E2%80%99%C3%83%E2%80%A6%C3%A2%E2%82%AC%C5%93>. Acesso em 3 de julho de 2016.

LINHAREZ SANZ, Cláudia. *A fábula da câmera invisível na escola e o regime contemporâneo de imagens*. Revista Eco: p. 119-135, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/2286>. Acesso em 3 de julho

de 2016.

RETONDAR, Anderson Moebus. *A (re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v23n1/a06v23n1.pdf>>. Acesso em 3 de julho de 2016.

SIBILIA, Paula. *Rede ou paredes: a escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.